

OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISSN 1645-653X
E-ISSN 2184-173X



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq

8 - 2024

OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



OPHIUSSA REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

PUBLICAÇÃO ANUAL · ISSN 1645-653X · E-ISSN 2184-173X

Volume 8 - 2024

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

CONSELHO CIENTÍFICO

André Teixeira

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Carlos Fabião

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Catarina Viegas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Gloria Mora

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID

João Pedro Bernardes

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

José Remesal

UNIVERSIDADE DE BARCELONA

Leonor Rocha

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Manuela Martins

UNIVERSIDADE DO MINHO

Maria Barroso Gonçalves

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Mariana Diniz

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Raquel Vilaça

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Victor S. Gonçalves

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Xavier Terradas Battle

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

SECRETARIADO

André Pereira

COORDENADOR DAS RECENSÕES E REVISOR DE ESTILO

Francisco B. Gomes

PAGINAÇÃO

TVM Designers

CAPACervídeo da rocha 3 do Vale do José Esteves –
Vale do Côa. Projeto RARAA – Repositório de Arte
Rupestre de Acesso Aberto**IMPRESSÃO**

AGIR – Produções Gráficas

DATA DE IMPRESSÃO

Dezembro de 2024

EDIÇÃO IMPRESSA (PRETO E BRANCO)

300 exemplares

EDIÇÃO DIGITAL (A CORES)www.ophiussa.lettras.ulisboa.pt

ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

DEPÓSITO LEGAL 190404/03

A edição segue as directrizes Creative Commons
(licença CC/BY/NC/ND 4.0).

Copyright ©Revista Ophiussa 2024

EDIÇÃOUNIARQ – Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa,
Faculdade de Letras de Lisboa
1600-214 Lisboa.www.uniaraq.netwww.ophiussa.lettras.ulisboa.ptuniaraq@lettras.ulisboa.ptRevista fundada por Victor S. Gonçalves (1996).
O cumprimento do acordo ortográfico de 1990
foi opção de cada autor.Esta publicação é financiada por fundos nacionais através
da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.,
no âmbito dos projectos UIDB/00698/2020
(doi.org/10.54499/UIDB/00698/2020) e UIDP/00698/2020
(doi.org/10.54499/UIDP/00698/2020).

ÍNDICE

Evolução natural holocénica e perturbação antrópica na foz da Ribeira de Alcântara, na foz da Ribeira de Alcântara, Estuário do Tejo (Lisboa) ANA MARIA COSTA, MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS, JACINTA BUGALHÃO, ELIAS RODRIGUES, CARLOS MARQUES DA SILVA, NUNO NETO, SUSANA MARTINEZ, SARA BRITO	5
Animal exploitation in SW Iberian Peninsula during the Neolithic period: A Zooarchaeological perspective from Barranco do Xacafre (Ferreira do Alentejo, Portugal) PATRÍCIA ALEIXO	29
O Horizonte de Ferradeira – ainda valerá a pena? ANTÓNIO M. MONGE SOARES	55
A Arte Rupestre da Idade do Ferro do Vale do Côa (Portugal): micro espaços dentro do Vale do José Esteves NATÁLIA BOTICA, LUÍS LUÍS, HELENA SOARES	81
Vasos de alabastro hallados en Cartago y Andalucía JUAN ANTONIO MARTÍN RUIZ	103
Epigrafía y paisaje rural en la campiña alta de Córdoba: el caso del Monte Horquera (Nueva Carteya, Córdoba) JAVIER HERRERA RANDO, ANDRÉS ROLDÁN DÍAZ	121
Primeiros elementos sobre a villa Romana de Morgado (Vila Franca de Xira) JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES, RUI ROBERTO DE ALMEIDA	141
DOSSIER TEMÁTICO	167
TEXTILE PRODUCTION, CONSUMPTION AND TRADE IN IRON AGE EUROPE	
Textile production, consumption and trade in Iron Age Europe: introduction to the Thematic Dossier FRANCISCO B. GOMES, FRANCESCO MEO, RICARDO E. BASSO RIAL	169
From economy to identity: towards an integrated approach to textile production and consumption in the Iron Age of Southern Portugal FRANCISCO B. GOMES, ÍRIS DIAS	173
Threads of change: textile production and consumption during the Early Iron Age in Eastern Iberia RICARDO E. BASSO RIAL	193
Weaving techniques and social aspects in Iron Age settlements of southern Italy (9 th -8 th centuries BCE) FRANCESCO MEO	209
Textile techniques of the 1 st millennium BCE in Central Europe KAYLEIGH SAUNDERSON, KARINA GRÖMER	221
Influence of the Roman Empire on textile economy during the roman period in Poland MAGDALENA PRZYMORSKA-SZTUCZKA	235
Recensões bibliográficas (TEXTOS: ELISA DE SOUSA, IRENE SALINERO-SÁNCHEZ)	245
<i>In memoriam</i> Andrea Martins (1979-2024)	255
Política editorial	259
Editorial policy	260

Primeiros elementos sobre a *villa* Romana de Morgado (Vila Franca de Xira)

First elements about the Roman villa of Morgado (Vila Franca de Xira)

JOÃO PIMENTA

Museu Nacional de Arqueologia
UNARQ – Centro de Arqueologia da Faculdade
de Letras, Universidade de Lisboa
joaopimenta@mnaarqueologia.dgpc.pt
ORCID iD: orcid.org/0000-0001-5149-5566

HENRIQUE MENDES

Câmara Municipal de Santarém
henrique.mendes@cm-santarem.pt
ORCID iD: orcid.org/0000-0002-7446-1104

RUI ROBERTO DE ALMEIDA

Museu Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé
UNARQ – Centro de Arqueologia da Faculdade
de Letras, Universidade de Lisboa
rui.dealmeida@gmail.com
ORCID iD: orcid.org/0000-0003-1092-3928

RESUMO: O sítio arqueológico de Morgado, apesar de reconhecido precocemente, teima em não ser devidamente investigado. Com este artigo pretendemos fazer o ponto de situação sobre os dados disponíveis, fruto quer de coleções depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira, quer de recentes trabalhos de prospeção intensiva no terreno.

O estudo do significativo conjunto cerâmico atesta uma ampla cronologia de ocupação centrada entre os séculos I a V d.C. Os diversos testemunhos aqui analisados permitem atribuir uma interpretação de uma ocupação extensa do tipo *villa*.

A relevância desta estação e as suas potencialidades arqueológicas, científicas e patrimoniais, levam-nos a sublinhar a imperiosa necessidade da sua salvaguarda.

PALAVRAS-CHAVE: Povoamento Romano; Economia; Cerâmicas; Mosaicos.

ABSTRACT: The archaeological site of Morgado, despite being recognized early, persists in not being properly investigated. With this paper we intend to provide an overview of the available knowledge, both from collections deposited at the Vila Franca de Xira Municipal Museum and from recent intensive field research. The study of the significant ceramic group attests to a broad chronology of occupation centered between the 1st and 5th centuries AD. The various testimonies analyzed here allow us to give an interpretation of an extensive occupation of Villa type.

The relevance of this station and its archaeological, scientific and heritage potential lead us to emphasize the imperative need for its safeguarding.

KEYWORDS: Roman Settlement; Economy; Ceramics; Mosaics.

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico de Morgado (CNS – 30337), localizado na Freguesia de Vialonga, Concelho de Vila Franca de Xira, desenvolve-se numa suave elevação delimitada pelas ribeiras de Morgado e de Alpriate, com um excelente domínio do fértil vale de Vialonga (Fig. 1 e 3).

Referências antigas apontavam para a existência de uma estação romana no vale de Vialonga (Parreira 1985: 119), existindo mesmo uma alusão à descoberta nos inícios dos anos sessenta do século passado de um pavimento romano, certamente de alguma acuidade visto o então Diretor do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Manuel Heleno, ter sido “designado oficialmente para examinar (...), um mosaico descoberto na freguesia de Via Longa (Vila Franca de Xira)” (Machado 1964: 169). Infelizmente, desconhecemos a localização exata desse mosaico, não tendo sido possível até ao momento encontrar qualquer menção a este exame entre os registos do Museu Nacional de Arqueologia. Partindo destas referências, em 2007, no âmbito da revisão da Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira, indagou-se o terreno com o objetivo de localizar esta putativa estação. A referência à recolha de uma moeda romana do Imperador Trajano na povoação de Morgado (Parreira 1985: 115), levou-nos a concentrar aí as investigações.

Ao deslocarmo-nos ao local, detetámos num terreno agrícola sobranceiro à Rua Coronel Lopo da Costa, antiga Estrada Real, diversos fragmentos cerâmicos e pétreos indicativos de uma ocupação antiga. Sublinhe-se a presença de material cerâmico de construção, *tegulae*, *imbrices* e *lateres*, a par de tesselas, atestando a presença de um conjunto edificado e a ocorrência de pavimentos musivos. Os trabalhos de prospeção intensiva que pudemos efetuar permitiram cartografar uma significativa dispersão de vestígios à superfície, que se estende por toda a colina. Com base na dispersão de materiais foi ainda possível constatar que o sítio se estende por uma área de mais de 8 hectares, encontrando-se delimitado a norte pela ribeira de Morgado e a Sul por um vale de pendente suave em direção à ribeira de Alpriate.

A profusão de placas de mármore de revestimento, dispersas pelo terreno e reutilizadas em muros agrícolas, bem como os numerosos indícios da existência

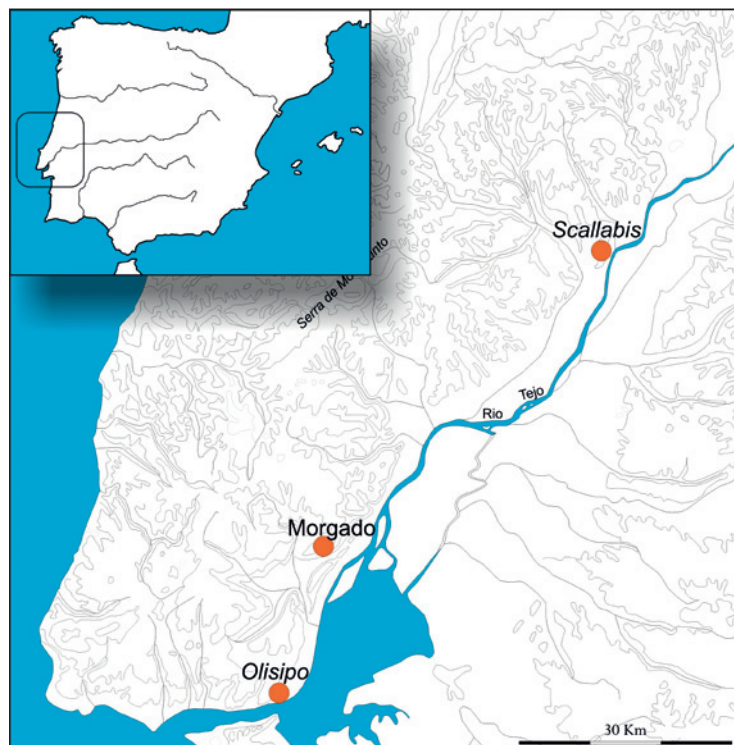


FIG. 1 Localização do sítio de Morgado, na Península Ibérica, em geral, e no baixo Tejo em particular.



FIG. 2 Pormenor da fotografia aérea da RAF de 1945, CIGeoE. O círculo marca a área de concentração dos vestígios romanos.

de pavimentos de mosaico, leva-nos a supor estarmos perante uma ocupação do tipo *villa*. A implantação no local da maior concentração de materiais arqueológicos permite pressupor que o edifício da

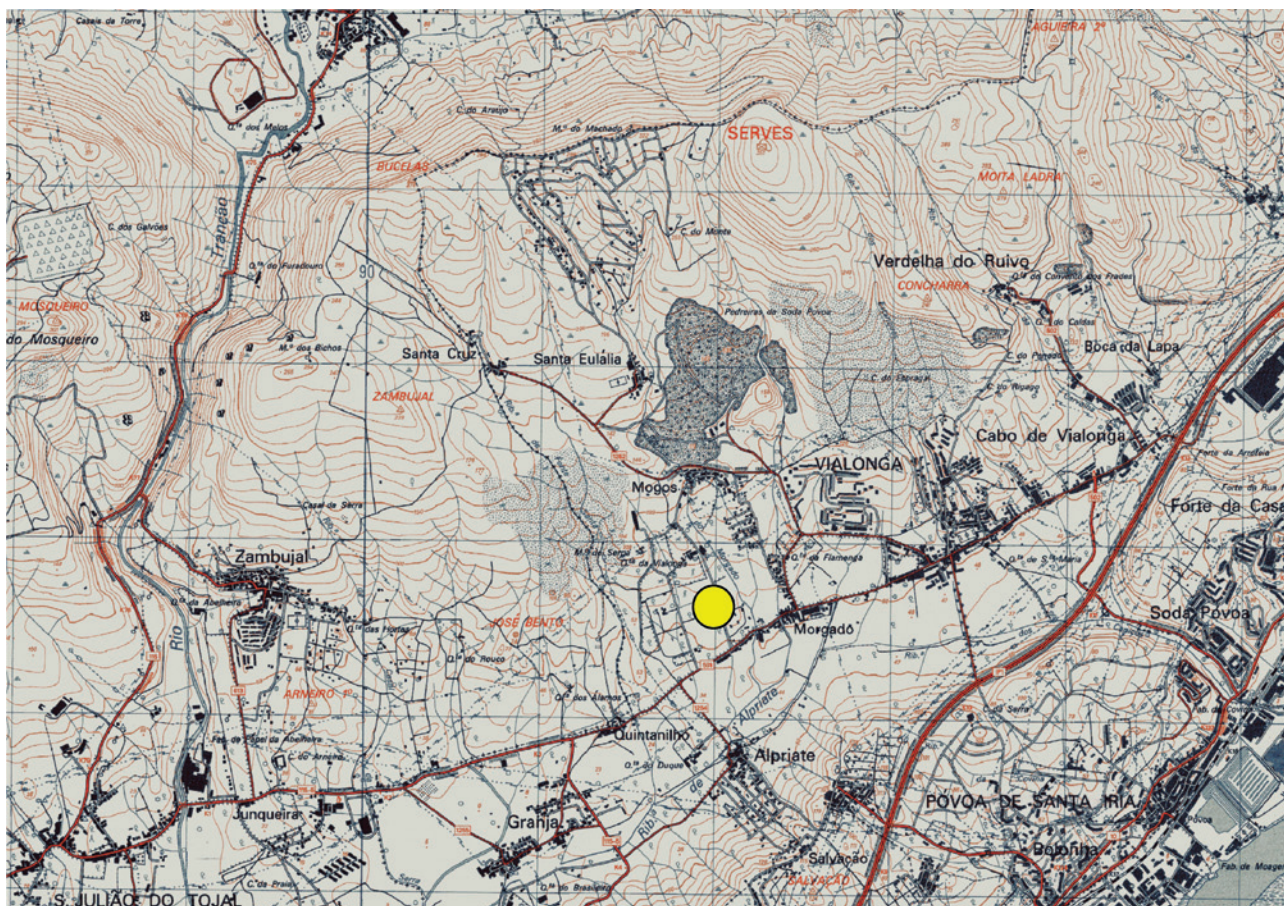


FIG. 3 Localização do sítio de Morgado na Carta Militar 1: 25 000, Folha N.º 403, datada de 1965.

parte urbana da *villa* estará situado no topo da colina, desenvolvendo-se as restantes partes que a terão constituído ao longo da encosta. Estaríamos, assim, perante um sítio com uma forte presença na paisagem, com uma grande visibilidade para o vale de Loures e rio Trancão (Pimenta – Mendes 2012).



FIG. 4 Vista geral do sítio arqueológico de Morgado, quando da sua descoberta em 2007.

O local teve uma utilização essencialmente de carácter agrícola, tendo-se mantido até aos anos 90 do século passado como área de olival (Fig. 2). Atualmente o sítio encontra-se ocupado por uma AUGI (Área Urbana de Génesis Ilegal), tendo o terreno sido loteado e existindo já alguns edifícios sobrepostos às hipotéticas ruínas subjacentes. Após a (re)descoberta e identificação do sítio como arqueológico, desencadearam-se diversas iniciativas de sensibilização para a importância e riqueza deste espaço, assim como para a necessidade de realização de uma intervenção preventiva com o intuito de aferir o seu estado de preservação (Fig. 4). Porém, apesar de diversas diligências tomadas por parte do Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, não foi até ao momento possível efetuar qualquer tipo de trabalhos de diagnóstico. Tendo em conta a relevância das evidências disponíveis, a área de dispersão dos testemunhos de índole patrimonial foi protegida ao nível da revisão do PDM, prevendo-se que quaisquer operações urbanísticas projetadas neste espaço terão que ser devidamente acuteladas com a realização de trabalhos arqueológicos preventivos.

2. OS DADOS MATERIAIS DISPONÍVEIS

A informação material de que dispomos atualmente resulta dos levantamentos aí efetuados em 2007, e de novo em 2015, no âmbito da publicação da Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira (Pimenta – Mendes 2016). Apesar de reconhecermos a imperiosa necessidade de realização de trabalhos arqueológicos no local, quer de leitura não intrusiva, como a geofísica, quer de escavação arqueológica de diagnóstico, o contínuo adiamento destes levam-nos a trazer a público o estado do nosso conhecimento sobre esta realidade. O espólio, resultante de um apurado trabalho de prospeção e do desmonte controlado de diversos montículos de pedras aí existentes, encontra-se atualmente depositado nas reservas de arqueologia do Museu de Vila Franca de Xira, sendo constituído por um conjunto significativo de evidências cerâmicas e pétreas que nos permite vislumbrar a natureza e dinâmicas de ocupação do sítio e propor uma cronologia lata para a sua existência. Tentaremos, assim, com este contributo, apresentar o estudo tão detalhado quanto possível da coleção de materiais existentes, apresentando-os pelas suas principais categorias: cerâmicas finas; ânforas; cerâmica comum; cerâmica de construção; elementos pétreos decorativos e materiais de construção.

2.1. As cerâmicas finas

No conjunto de cerâmicas finas recolhido na estação de Morgado destaca-se a presença da importação de *terra sigillata*, elemento de pertinência cronológica e que atesta uma amplitude de ocupação entre os séculos I e o IV/V d.C. A amostragem revela-se, ainda assim, diminuta para uma estação com estas características, documentando-se na sua totalidade apenas 23 fragmentos desta categoria cerâmica.

Identificou-se um fragmento, cujas características de fabrico apontam uma origem em La Graufesenque ou seu âmbito (não ilustrado). A produção de *sigillata* do Sul da Gália adquiriu relevância a partir do reinado de Tibério e início do de Cláudio, processo que se encontra assaz bem identificado no vale do Tejo (Viegas 2003; Silva 2012).

A *terra sigillata* hispânica está representada por três peças. Um fragmento de fundo, N.º 0618, decorada com métopas e painéis separados por séries de linhas onduladas verticais, possivelmente de uma taça

da forma Drag. 37, de produção de Trício (Fig. 5, n.º 1). A taça Drag. 37 é, sem dúvida, a forma decorada mais produzida e com maior difusão das produções hispânicas, sendo individualizada pela sua forma hemisférica, com uma cronologia de produção/difusão lata centrada entre a segunda metade do século I e meados do II d.C. (Bustamante Álvarez 2013).

Recolheram-se ainda dois fragmentos de *terra sigillata* hispânica, com fabricos que nos levam a propor uma origem meridional, muito provavelmente do complexo produtor de Andújar. Trata-se de um bordo, N.º 0304 (Fig. 5, n.º 2), e uma carena (não ilustrada) de prato da forma Drag. 15/17. O facto de o bordo não evidenciar moldura externa, remete para a segunda metade do século I d.C. (Bustamante Álvarez 2013).

As produções africanas de *terra sigillata* são as mais bem representadas no conjunto, com nove fragmentos documentados. No inventário contam-se três bordos de *sigillata* Clara A, correspondendo à fase inicial da produção norte africana, concretamente o N.º 0162 e o N.º 0213, que pertencem a modelos da forma Hayes 9A (Fig. 5, n.º 5 e 6), com cronologias entre os finais do século I e meados do II d.C. (Hayes 1972; AA.VV. 1981; Bonifay 2004). O bordo N.º 0163 corresponde a uma tigela de parede carenada, adstrita à forma Hayes 14-17 (Fig. 5, n.º 5); a cronologia desta forma parece centrar-se entre a segunda metade do século II e meados do III d.C. (Hayes 1972).

A *sigillata* Clara D está atestada por dois bordos e quatro paredes. O fragmento de bordo N.º 161 (Fig. 5, n.º 6) identifica-se com a forma Hayes 58B, com cronologias do século IV e as primeiras décadas do V d.C. (Bonifay 2004). Quanto ao fragmento N.º 0532 (Fig. 5, n.º 7), apesar da sua reduzida dimensão parece corresponder ao bordo de um grande prato da forma Hayes 67A, atestando assim a recepção de artigos de grande circulação e ocupação da *villa* de Morgado na segunda metade do século IV e inícios do V d.C.

Ainda dentro da categoria das cerâmicas finas, incluímos um fragmento de asa e arranque de reservatório de lucerna (Fig. 5, n.º 8). Trata-se de uma peça que apresenta uma pasta branda e pulverulenta, com escassos elementos não plásticos, podendo tratar-se de uma importação da vizinha província da *Baetica*. Tipologicamente, pode ser enquadrada dentro do grupo das lucernas de disco, e hipoteticamente atribuir-se ao tipo Dressel 20 (Morillo Cerdán 2015).

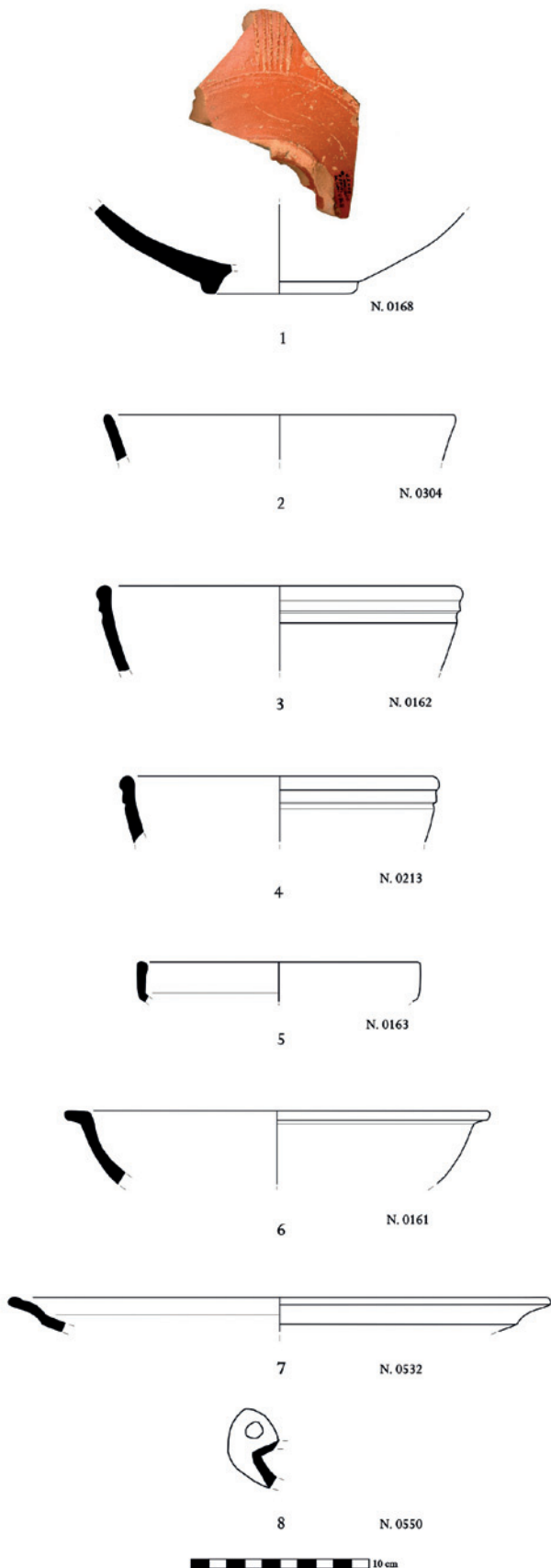


FIG. 5 Cerâmicas finas e lucerna de Morgado.

2.2. As ânforas

Entre o conjunto de evidências materiais recolhidas em Morgado, o grupo das ânforas, os contentores cerâmicos destinados ao transporte e comercialização de produtos alimentares, encontra-se particularmente bem atestado com 122 fragmentos passíveis de ser classificados formalmente, correspondendo a um NMI de 44 (Fig. 6).

Podemos dividir o conjunto, de forma genérica e funcional em termos de análise, em dois grupos distintos: o das ânforas oriundas da própria província romana da Lusitânia; o das ânforas importadas de paragens extra provinciais, designadamente da vizinha província da *Baetica*, da Gália, da Península Itálica, e do Norte de África.

As produções anfóricas de âmbito lusitano dominam o conjunto estudado com 88 fragmentos inventariados, correspondendo a 30 NMI, contabilizando 68,2% do total da amostra (Fig. 6). Tendo em conta a análise das pastas é seguro afirmar que apenas se encontram documentadas em Morgado as características produções dos vales do Tejo/Sado.

Os primeiros modelos de ânforas produzidos nesta região, de contornos morfológicos ainda mal cristalizados, com cronologias entre o final do século I a.C. e meados do I d.C. (Morais – Fabião 2007; Morais – Filipe 2016; Almeida – Fabião 2019; Viegas – Fabião – Almeida 2023: 124-126), parecem encontrar-se atestados pelo fragmento de bocal N.º 092. Este bordo, caracterizado por um lábio moldurado de perfil semicircular, circunscrevendo um amplo diâmetro de 17 cm, pode ser atribuído a uma ânfora Lusitana Antiga, de difícil precisão tipológica, mas muito provavelmente de morfologia ovoide (Fig. 7, n.º 22). A sua presença é de sublinhar, por atestar o momento de maior antiguidade da presença romana no local.

As ânforas Dressel 14, os característicos contentores de transporte de preparados piscícolas lusitanos de época Imperial, são as mais abundantes na *villa* durante os dois primeiros séculos da Era. Encontram-se representadas por nove bordos, dez asas, quatro fragmentos de colo e quatro fundos, correspondendo a 9 NMI e a 20,5% do total (Fig. 6; Fig. 7, n.º 9 a 19 e 23). Trata-se da forma mais abundantemente produzida nas olarias do extremo ocidente peninsular, tendo-se identificado os seus centros produtores tanto no vale do Rio Tejo, como no Sado e no Algarve. Assume-se de

PROCEDÊNCIA	TIPO	BORDO	ASA	COLO	FUNDO	TOTAL FRAG.	% FRAG.	NMI	% NMI
Lusitânia Tejo/Sado	Ovoide Lusitana	1				1	0,8%	1	2,27%
	Dressel 14	9	10	4	4	27	22,1%	9	20,5%
	Lusitana 3	8	12		3	23	18,9%	8	18,2%
	Almagro 50	4	1		1	6	4,9%	4	9,1%
	Almagro 51 C	8	13		6	27	22,1%	8	18,2%
Total		30	36	4	14	84	68,9%	30	68,2%
Bética	Keay 16	1				1	0,8%	1	2,3%
	Gauloise 4?				1	1	0,8%	1	2,3%
	Dressel 20	2	10	3		15	12,3%	5	11,4%
Total		3	10	3	1	17	13,9%	7	15,9%
Gália	Gauloise 4	5	7	3	1	16	13,1%	5	11,4%
Total		5	7	3	1	16	13,1%	5	11,4%
Península Itálica	Dressel 2-4	1	1	1		3	2,5%	1	2,3%
Total		1	1	1		3	2,5%	1	2,3%
Norte de África	Indeterminado		1		1	2	1,6%	1	2,3%
Total			1		1	2	1,6%	1	2,3%
TOTAL		39	55	11	17	122	100%	44	100%

FIG. 6 Quadro do conjunto de ânforas romanas recolhidas em Morgado.

forma contundente como o contentor por excelência no comércio provincial e na exportação de preparados piscícolas lusitanos entre meados do século I d.C. e os inícios do século III (Fabião 2004: 403; Raposo – Viegas 2016; Viegas – Fabião – Almeida 2023: 127-128). O fragmento de bordo N.º 093 evidencia menor dimensão, podendo corresponder a uma versão *parva* do tipo Dressel 14 (Fig. 7, n.º 23). Outrora praticamente invisível, a modulação menor do tipo Dressel 14 é hoje uma realidade, tendo surgido nos últimos anos vários exemplares que têm dado corpo e robustez ao cenário da sua comercialização juntamente com a Dressel 14 “clássica”, quer no espaço da Lusitânia, com as ocorrências de Mérida (Almeida 2016) ou Sines (Bombico – Pereira – Santos 2021), quer nos principais eixos de comércio mediterrânico, como dão prova os achados do naufrágio de Grum de Sal em Ibiza (Hermanns – Bombico – Almeida 2016) ou de Arles-Rhône 3 (Quaresma – Djaoui 2016; Quaresma 2018).

As pequenas ânforas de fundo plano da forma Lusitana 3 estão igualmente bem representadas, com oito bordos, doze asas e três fragmentos de fundo, perfazendo um NMI de oito e equivalendo a 18,2% do conjunto (Fig. 7, n.º 20, 21, 24 a 31). Usualmente associadas a conteúdos vinícolas, a sua produção está atestada nos vales do Tejo e Sado, com cronologias centradas maioritariamente entre o século II e o III d.C. (Quaresma – Raposo 2016). O estudo cada vez mais frequente de contextos e conjuntos anfóricos na Lusitânia, tem revelado que a distribuição deste tipo e dos conteúdos nele transportados alcança sobretudo a metade norte da província, especialmente os núcleos urbanos de maior importância e os sítios rurais com eles relacionados, com particular incidência no vale do Tejo (Fabião 1998; Almeida – Sánchez 2013; Filipe 2023; Filipe – Almeida 2024), de que se conhece inclusivamente vários exemplares recolhidos em hipotéticos contextos de naufrágio no próprio rio Tejo (Quaresma 2005).

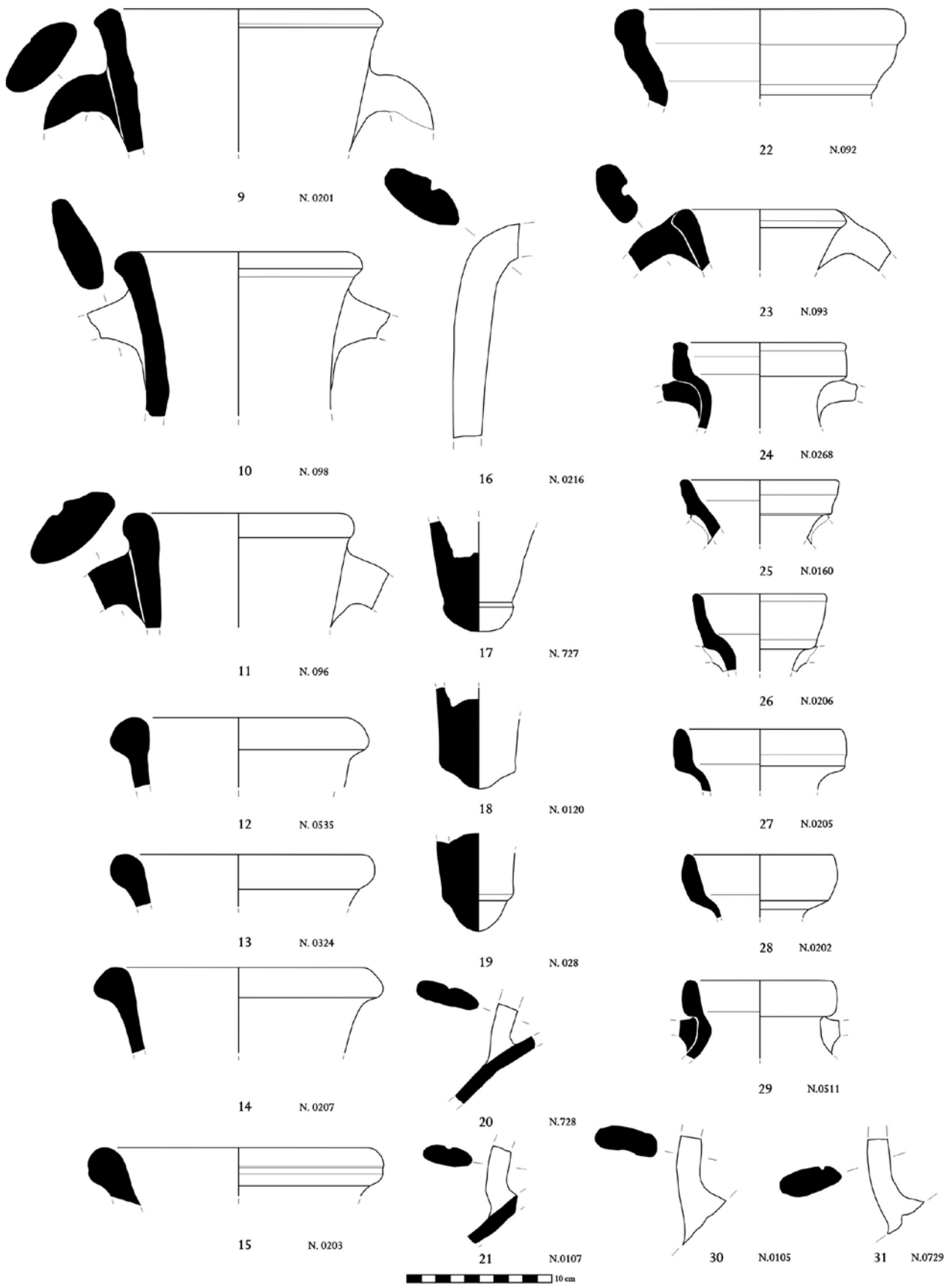


FIG. 7 Ânforas lusitanas de produção no vale do Tejo/Sado.

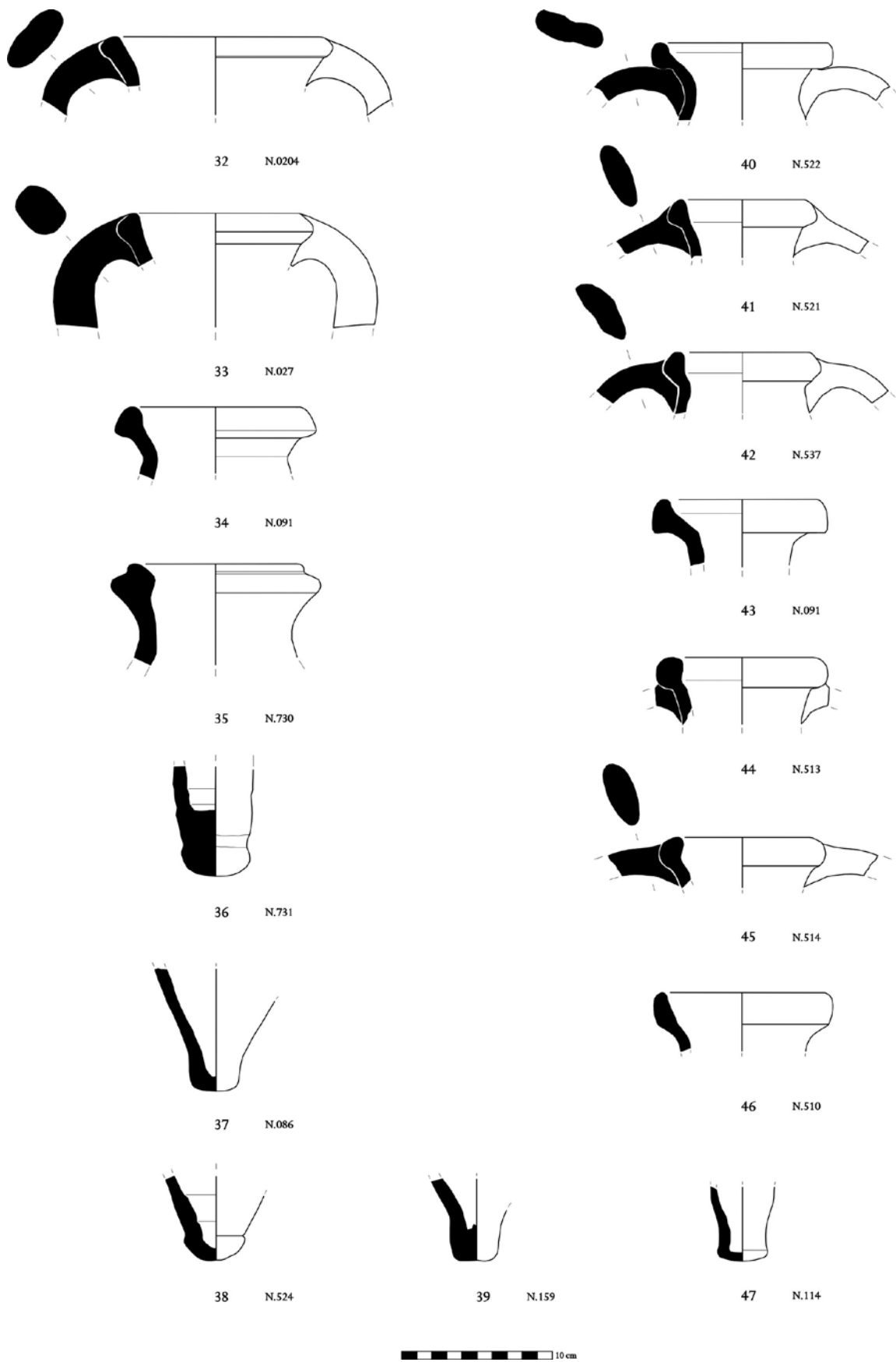


FIG. 8 Ânforas lusitanas de produção no vale do Tejo/Sado.

De momentos mais tardios são as ânforas lusitanas do tipo Almagro 50, caracterizadas por um corpo alto, esguio, com bocais vazados de lábio triangular do qual arrancam as asas curtas. Não sendo um dos tipos lusitanos mais bem representados, é relevante a presença de quatro bordos, uma asa e um fundo, NMI de 4 e equivalendo a 9,1% do total das ânforas recolhidas (Fig. 8, n.º 32 a 35 e 38). A produção destes contentores também destinados a envasar preparados piscícolas encontra-se atualmente bem atestada para os vales do Tejo/Sado, e aparentemente em menor escala na costa do Algarve, evidenciando uma cronologia tardia centrada entre os séculos III-IV d.C., mas alcançando ainda o século V d.C. (Mayet – Silva 1998; Fabião 2004; 2008; Raposo – Almeida 2016).

Por último, entre as produções anfóricas lusitanas, destaca-se o papel assumido pelos contentores da forma Almagro 51C. Identificam-se oito bocais, treze fragmentos de asas e seis fundos, permitindo aferir um NMI de oito e atestando uns significativos 18,2% do total dos contentores de produtos alimentares no sítio (Fig. 8, n.º 36, 37, 39 a 47). Este modelo alcançou um grande sucesso, tratando-se sem dúvida do principal contentor de transporte/comércio dos produtos lusitanos em época tardia, e a sua produção, arqueologicamente bem atestada, adquiriu um enorme volume em todas as olarias conhecidas nos vales dos rios Tejo/Sado e costa do Algarve. Este tipo dominou na exportação dos recursos haliêuticos da província da Lusitânia entre início/meados do século III e o final do século V, talvez mesmo inícios do VI d.C. Conheceu grande distribuição por todo o mundo romano, tal como podemos deduzir da sua presença numa considerável quantidade de naufrágios e lugares de consumo (Mayet – Silva 2002; Fabião 2004; Viegas – Raposo – Pinto 2016; Viegas – Fabião – Almeida 2023: 132-135).

Entre as ânforas recolhidas na estação de Morgado destacou-se desde o primeiro momento o papel das importações, revelando alguma capacidade económica e cariz cosmopolita dos habitantes desta *villa*. Estão documentados contentores provenientes da vizinha província da *Baetica*, da Gália, da Península Itálica tirrénica e do Norte de África, equivalendo a 38 fragmentos classificáveis, 14 NMI, o que se traduz em 32% da amostragem.

Naturalmente, e como seria expectável em função do conhecimento que atualmente dispomos para os

cenários de consumo da Lusitânia, o maior volume de importações corresponde a ânforas da vizinha província da *Baetica*. A recepção de produtos alimentares envasados a partir desta região encontra-se atestada por contentores tanto da área costeira da província, com macro fabricos atribuíveis genericamente à baía gaditana, como do vale do Guadalquivir.

Começando pelas segundas, pelo facto de serem as que têm uma maior representatividade, as ânforas provenientes da área do vale do Bétis são dominadas pelas morfologias dos grandes contentores globulares oleícolas da forma Dressel 20 (Fig. 9), correspondendo estes a 11,4% do total do conjunto. Apesar de numerosa, a amostragem é constituída na sua maior parte por fragmentos de parede de grande dimensão, alguns com colagem, sendo indicadores das potencialidades ainda existentes no subsolo da área arqueológica. Para além destes, foram ainda recolhidos vários fragmentos de colos com asas, asas soltas e um grande bocal com arranque de asa (Fig. 9, n.º 48). O bordo apresenta características que se inserem na variabilidade formal da etapa tardo-antoniniana e século III d.C., segundo as propostas evolutivas estabelecidas em diferentes momentos por P. Berni Millet (1998; 2008). Em relação ao perfil das asas recolhidas, estas são pouco compridas, grossas e maciças, e algumas são mais pequenas, correspondendo a morfologias de meados do século II ao século III d.C. (Berni Millet – García Vargas 2016).

De entre o conjunto de ânforas da forma Dressel 20 destaca-se ainda um exemplar composto por vários fragmentos de parede e asa que oferecem colagem, apresentando esta uma marca impressa preservada (Fig. 9, n.º 64). O seu estudo detalhado foi já apresentado num contexto mais alargado sobre o estudo das marcas de ânfora da Lusitânia (Fabião *et al.* 2016: 41). Trata-se da marca ACIRGI, com cronologias centradas na primeira metade do século III d.C. (Remesal Rodríguez 1997: 51).

A *figlina* representada por estas marcas evidencia prolífera atividade, com alguma diversidade de punções. Os seus produtos encontram-se disseminados por todo o Império, desde Roma ao *limes* germânico, na *Britannia*, na Gália e, naturalmente, na Hispânia. Na cidade de *August* o punção ACI/RGI foi encontrado em contexto estratigráfico bem definido e datado entre 150 e 230 (Martin-Kilcher 1987: 96, ST 7a). A localização

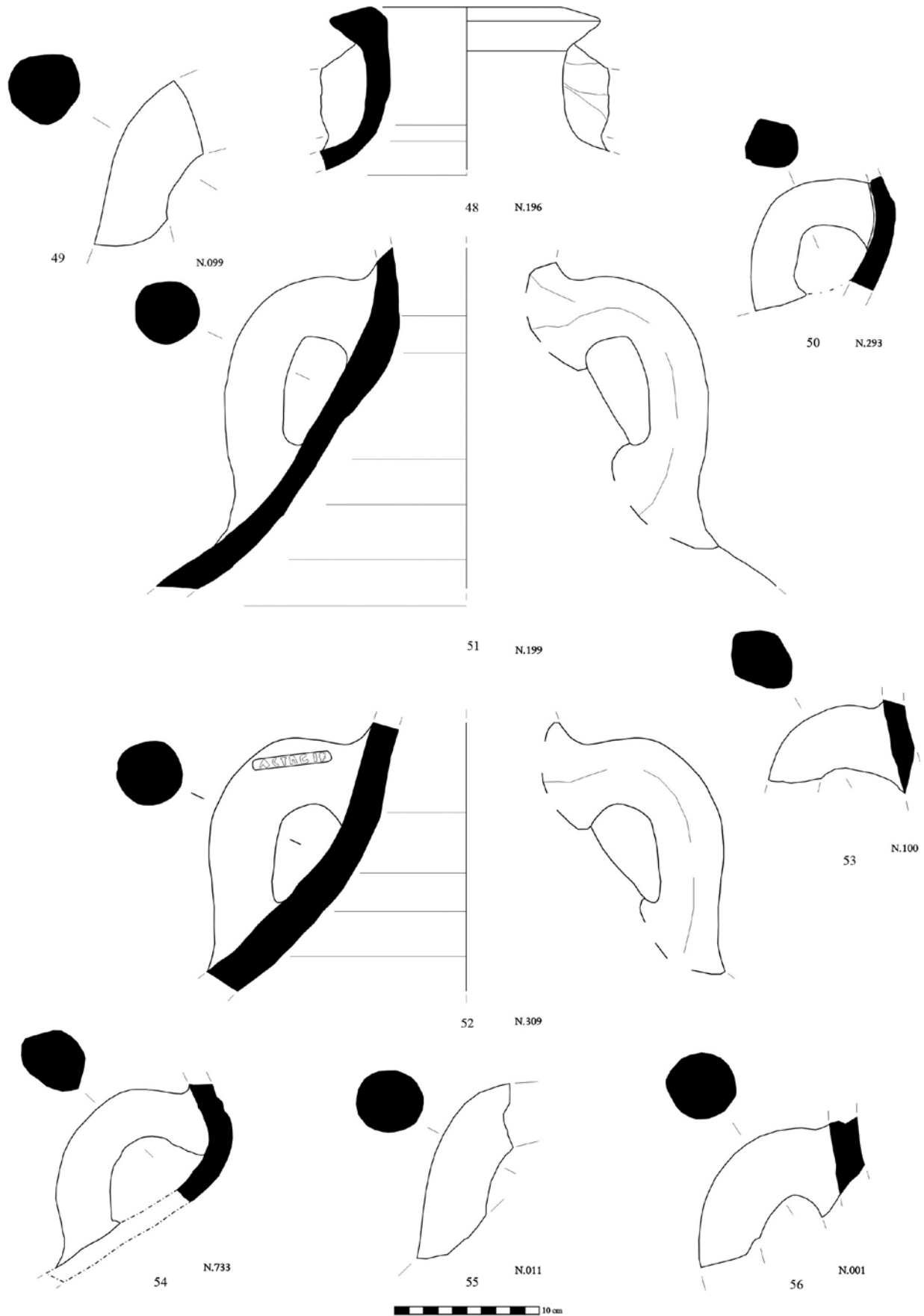


FIG. 9 Ânforas Dressel 20 importadas da Bética, vale do Guadalquivir.

precisa da *figlina* que terá utilizado esta marca oferece ainda algumas interrogações, mas deverá relacionar-se com dois achados epigráficos ocorridos no território bético: um em La Catria, Lora del Río (Remesal Rodríguez 1977-1978: 104, n.º 16), outro em Adelfa, Carmona (Moros Díaz – Berni Millet 2011: 38), o que levou a apontar a produção para um putativo centro produtor situado entre estas duas localidades. A interpretação da leitura desta marca tem variado entre a *Acirgi(ana) f(iglina)*, *Acirgi(ensis)* ou *Acirgi(tana)* (Fabião *et al.* 2016: 42, com bibliografia).

No território português esta marca encontra-se, até ao momento, escassamente documentada, tendo, porém, um exemplar idêntico ao de Morgado sido recolhido na olaria romana de Porto dos Cacos, em Alcochete (Guerra 1996: 273).

Quanto às ânforas da área costeira da *Baetica*, é forçoso salientar que se encontram parcamente representadas, estando ausentes as típicas formas dos tipos Dressel 7 a 11 e Beltrán IIB. Apenas se documentou um fragmento de bordo maciço com arranque de asa pertencente a contentores de preparados piscícolas da forma Keay XVI (Fig. 9, n.º 57) e um fundo de base plana, que com algumas reservas atribuímos às formas que reproduzem a Gauloise 4 (Fig. 9, n.º 56), ou a outra forma bética indeterminada com fundo anelar maciço, genericamente dito “plano”.

A ânfora com o tipo XVI da tipologia estabelecida por S. Keay a partir da evidência material da necrópole de Tarragona (Keay 1984) foi considerada durante muito tempo como produção lusitana devido à sua semelhança com o tipo lusitano Almagro 50, mas é hoje consensual que se trata de um tipo produzido na costa ocidental da Bética (Fabião 1997; Bernal Casasola - García Vargas – Gener Basallote 2014), ainda que exista uma produção circunscrita desta forma nos vales do Tejo/Sado (Raposo - Almeida 2016). A cronologia da sua produção/circulação situa-se na viragem do século II para o III d.C. e o seu ocaso no final do século V, ou início do VI d.C. (García Vargas – Bernal Casasola 2008; Almeida – Raposo 2016). Apesar de não ser o presente caso, importa sublinhar que estes contentores evidenciam uma peculiar tradição epigráfica (Fabião 1997; Fabião *et al.* 2016; Almeida – Viegas 2020).

Quanto ao segundo fragmento, embora a manufatura de reproduções ou formas afins da Gauloise 4 seja

um fenómeno relativamente circunscrito no âmbito da Bética, os estudos dedicados aos exemplares de Loma de Ceres e sobretudo à olaria de Los Matagallares, ambos na província de Granada, confirmaram-no como uma realidade (Bernal Casasola 1998; 2016), podendo ainda estender-se à área da Baía de Cádiz, ao centro oleiro de Puente Melchor (García Vargas 1998: 117; Bernal Casasola 2016). A cronologia destas produções situa-se entre momentos avançados do século II e finais do século III d.C., tendo em conta os dados da fase de abandono de Los Matagallares (Bernal Casasola 2016). O fragmento de fundo recolhido em Morgado evidencia um fabrico compatível com produções da Bética ocidental, com tonalidade castanha-amarelada depurada, com escassos elementos não plásticos compostos por elementos quartzíticos rolados. Não obstante, não se descarta poder tratar-se de uma peça gaulesa, com um fabrico minoritário.

Fora do âmbito da Hispânia, as importações mais significativas são as oriundas da Gália. A comercialização de produtos da província da *Gallia Narbonensis* encontra-se particularmente bem atestada com a aquisição de ânforas Gauloise 4. Documentam-se cinco bordos, sete asas, três fragmentos de colo e um fundo, correspondendo a 5 NMI e a 11,4% da amostragem (Fig. 10, n.º 59 a 65). Trata-se do contentor gaulês que maior êxito comercial alcançou, com uma produção amplamente atestada em toda a província da *Narbonensis* desde meados do século I até finais do III d.C., tendo sido profusamente exportada por todo o Mediterrâneo (Laubenheimer – Schmitt 2009), particularmente no século II d.C. De facto, parece ser neste cenário que se inscreve o ocidente peninsular lusitano, estando estas ânforas presentes em grande parte dos sítios urbanos e *villae*, particularmente a partir do século II d.C., ainda que em números sempre modestos (Almeida – Filipe 2021).

De origem centro-mediterrânea são os afamados vinhos itálicos, que se puderam rastrear pela identificação de um fragmento das características asas bifidas e um fundo maciço da forma Dressel 2-4, com as típicas pastas da área da costa tirrénica contendo inúmeros elementos de areias vulcânicas (Fig. 10, n.º 67 e 69). Considerada como sucessora do modelo Dressel 1 na comercialização dos vinhos da Península Itálica, nunca alcança no ocidente peninsular o volume comercial dessa (Filipe 2023). A sua produção encontra-se

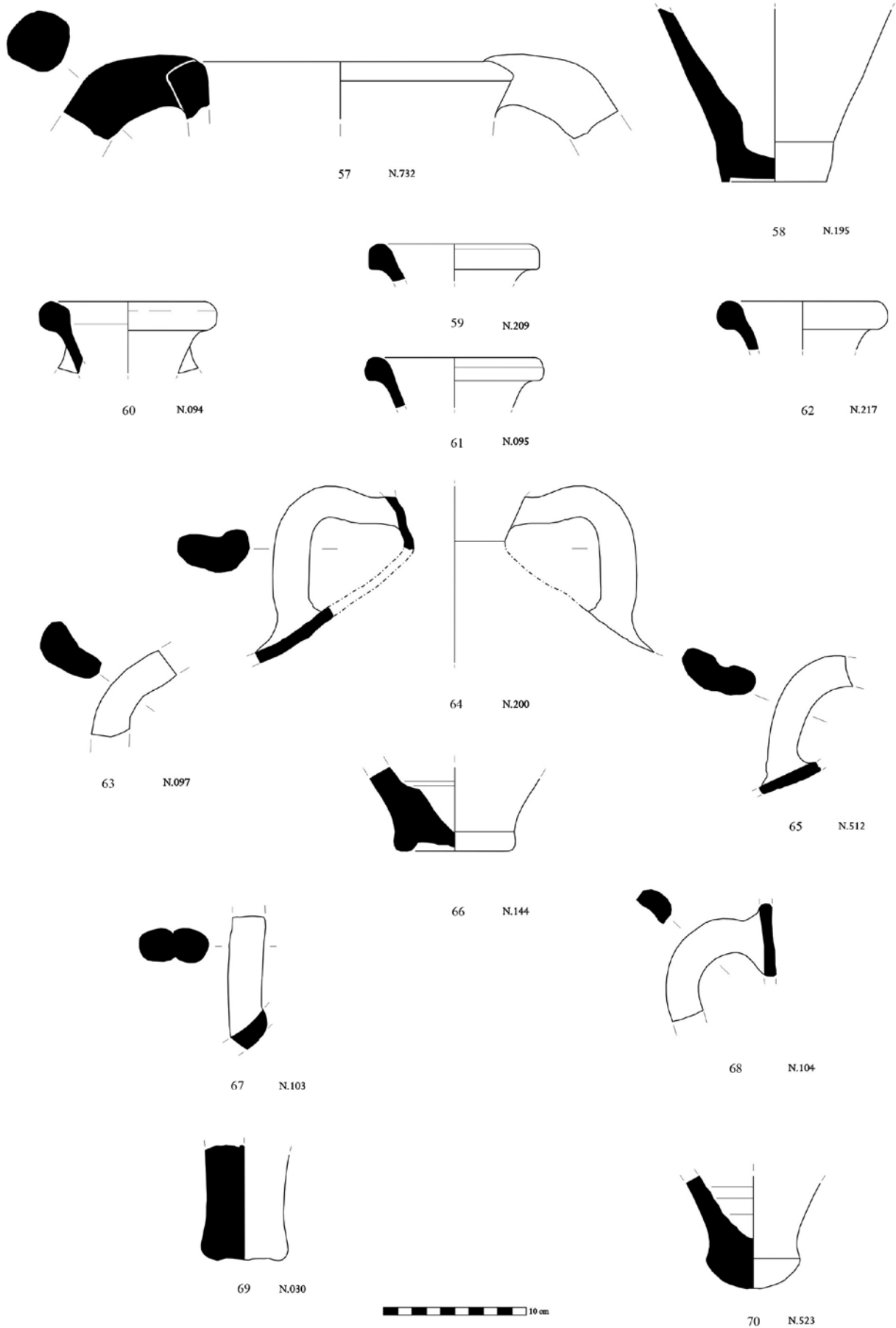


FIG. 10 Ânforas importadas da costa Bética, da Gália, da Península Itálica e do Norte de África.

atestada ao longo de toda a costa tirrénica da Península Itálica, desde o segundo quartel do século I a.C. até finais do século II ou meados do III d.C. (Rizzo 2014).

A importação de produtos alimentares do Norte de África está representada por um fragmento de asa e um fundo com as típicas pastas tripolitanas (Fig. 10, n.º 68 e 70). O estado de preservação dos elementos que chegaram até nós não nos permite aferir com segurança qual o tipo específico a que podemos associar estes fragmentos.

O conjunto de ânforas recolhido em Morgado merece-nos ainda uma breve reflexão. O seu estudo permite, num primeiro nível, e apesar da ausência de coordenadas contextuais, vislumbrar uma diacronia de ocupação do sítio balizada entre o século I d.C. e meados do IV-V d.C. Dentro desta, surpreende a quase total ausência de ânforas do período Júlio-Cláudio, com exceção do possível exemplar de “Lusitana Antiga”; e dir-se-ia quase anómalo o “vazio” de ânforas de salga béticos. A abundância de materiais do período Flávio em diante, mais do que um apontamento estatístico, deverá indicar que o sítio tem realmente um arranque mais tardio na sequência regional, sendo que esta leitura pode ser confirmada pelo estudo da *terra sigillata*.

Num segundo nível, e numa análise mais apurada, o conjunto do Morgado permite sentir o pulso à capacidade aquisitiva da comunidade que aqui residiu. A este nível sobressai a presença significativa das importações atestando uma ampla rede de produtos reveladores da dinâmica cosmopolita dos proprietários desta *villa*. Esta leitura ainda se destaca mais quando enquadrada e comparada com outros registos de consumo de sítios arqueológicos de cariz rural da península de Lisboa (entenda-se, *villae* do *ager olisiponensis*), para os quais, apesar de tudo, as amostras não são particularmente abundantes. São estes os das *villae* de: Povos, Vila Franca de Xira (Banha 1991-1992); Sub-Serra, Vila Franca de Xira (Cardoso 2009); Quinta de Meca, Alenquer (Pimenta *et al.* 2019); Frielas, Loures (Policarpo 2009); Almoinhas, Loures (Oliveira 2001; Brazuna – Coelho 2012); Quinta da Bolacha, Amadora (Quaresma *et al.* 2021); Freiria, Cascais (Cardoso 2018a) e do Alto da Cidreira, Cascais (Cardoso 2018b). Em todos estes casos agora mencionados, proporcionalmente, o lado mais “sumptuário” não parece transparecer de forma tão marcada.

2.3. A cerâmica comum

As cerâmicas ditas comuns são indiscutivelmente o grupo mais numeroso. Este grupo é extremamente diversificado, refletindo uma pluralidade de formas e proveniências. A sua presença marcava o quotidiano e encontra-se ligada a práticas de higiene, preparação e confeção de alimentos, uso à mesa e armazenamento. O seu estudo permite, de uma forma circunstanciada, vislumbrar a cultura, hábitos e tradições das populações locais (Pinto 2003).

Apesar de globalmente o conjunto das cerâmicas comuns encontrar-se dominado por produções de cariz regional ou local, algumas das peças são de proveniência exógena. Entre a amostragem em análise destaca-se um bordo de almofariz cujas análises de fabrico e morfologia característica permitem classificar como uma importação itálica (Fig. 11, n.º 71). Este tipo de *mortarium* de bordo largo e pendente insere-se no tipo denominado como Dramont D2, individualizado a partir da sistematização tipológica dos almofarizes centro-itálicos elaborada por Jean-Pierre Joncheray (1972), no âmbito do estudo do naufrágio provençal Dramont D, datado de meados do século I d.C. Neste navio encontravam-se atestadas duas morfologias distintas, sendo o tipo D2 amplamente maioritário (Aguarod Otal 1991: 141). Tendo em conta o perfil do lábio do fragmento recolhido em Morgado, pode propor-se uma cronologia de época flaviana, integrando-se no tipo 3 de bocal destas formas sistematizado por Aguarod Otal (1991: 141), ainda que, sublinhe-se, esta forma de almofariz possa ser encontrada até aos inícios do século III d.C. (Quaresma 2006: 152).

A comercialização deste tipo de almofariz no território da Lusitânia tem vindo a afirmar-se nos últimos anos, com a sua presença quer em contextos urbanos, quer em contextos rurais do tipo *villa*, como o caso aqui em apreço. Encontra-se registado em: Braga (Morais 2004); na foz do Mondego no sítio de Igreja Velha do Negrote (Penajoia 2020); em Conímbriga (Alarcão *et al.* 1976: 75); em Santarém (Arruda – Viegas 2004); em Lisboa, no Banco de Portugal (Silva 2015a; Rocha 2016) e na Praça D. Luís I (Parreira – Macedo 2013); no sítio de Casal do Tufo e na *villa* da Barradinha, Alenquer (em estudo); em Setúbal (Silva – Coelho-Soares 2014; Silva *et al.* 2014); no Algarve, em Loulé Velho, Quarteira (Viegas 2017), em Faro e em Torre de Ares, Tavira (Viegas 2020, Fig. 6).

O restante conjunto dos almofarizes é dominado por peças cujo fabrico evidencia uma proveniência local ou regional no baixo Tejo, que individualizámos em três grupos, na sequência do recente trabalho de estudo das cerâmicas comuns da *villa romana de Povos* (Grilo – Santos 2016-2017: 89):

Grupo 1 – Pastas de matriz não-calcária de cor castanho alaranjado com textura variável, variando entre o castanho avermelhado (Muns.2.5 YR 6/6) e o castanho (Muns. 5 YR 6/4). A dureza é frequentemente branda. Os elementos não plásticos são abundantes e compostos por quartzos subarredondados, palhetas de moscovite, elementos ferruginosos, elementos de cerâmica moída. Trata-se do grupo dominante atestado por 73 fragmentos, equivalendo a 71% do conjunto.

Grupo 2 – Pastas de matriz caulínica de cor bege ou branca (Muns.7.5 YR 8/1), com uma textura fina. A dureza é geralmente branda. Os elementos plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por quartzos subarredondados de dimensão variável e de frequência média a reduzida, palhetas de moscovite pequenas e elementos rochosos angulosos ou subarredondados de coloração avermelhada de dimensão muito pequena. Encontra-se representado por 5 fragmentos, equivalendo a 5 do conjunto.

Grupo 3 – Pastas que eventualmente misturam as matrizes não-calcária e caulínica (Grupos 1 e 2). A coloração centra-se nas gamas dos rosados, bege rosado a rosa avermelhado (Muns. 7.5 YR 7/4). A textura varia entre a fina e a média e dureza entre branda e muito dura. Os elementos não plásticos são compostos por quartzos subarredondados de dimensão variável, palhetas de moscovite pequenas com uma presença média e nódulos avermelhados que podem corresponder a minerais ferruginosos ou cerâmica triturada, com uma frequência geralmente reduzida. Encontra-se representado por 25 fragmentos, equivalendo a 24 do conjunto.

Quanto aos restantes grupos da cerâmica comum de produção local/regional, a metodologia seguida para a análise do conjunto teve como base os mais recentes estudos tipológicos, centrados a um primeiro

nível na área do vale do Tejo. Ainda que disponhamos de poucos dados sobre as produções de cerâmica comum nesta área geográfica, o conhecimento tem-se vindo a consolidar em particular para o período do Principado e da Antiguidade Tardia. Destacam-se: os precursores estudos de Jeanette Nolen (1988), centrados no estudo da cerâmica comum da *villa romana do Alto do Cidreira, Cascais*; os dados das diversas intervenções na área urbana de *Olisipo* onde se incluem conjuntos desta classe cerâmica (Bugalhão *et al.* 2013; Silva 2014; 2015b; 2018; Silva – Nozes – Miranda 2015; Grilo 2017); sobre os centros oleiros na bacia do Tejo destaca-se o estudo contextual da produção da cerâmica comum da olaria da Quinta do Rouxinol, Seixal (Santos 2012); por último o recente avanço sobre os conjuntos de cerâmica comum das *villae romanas* em torno de *Olisipo*, como a de Freiria (Cardoso 2018a), Quinta da Bolacha, Amadora (Figueira 2018), Povos (Grilo – Santos 2016-2017), Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Batalha *et al.* 2009), ou a de Quinta de Meca (Pimenta *et al.* 2019).

Os pratos encontram-se escassamente identificados, tendo-se apenas inventariado cinco fragmentos de bordo. Os pratos de bordo direito biselado e de parede baixa, que se podem integrar na forma 1.1.2.2 da proposta tipológica do centro produtor da Quinta do Rouxinol, Seixal (Santos 2012: 53), encontram-se representados por dois indivíduos (Fig. 11, n.º 76). Esta morfologia encontra-se associada a contextos da segunda metade do século IV a inícios do século V d.C. (Santos 2012: 53), sendo que em São Cucufate, Vidi-gueira, surge representada em cronologias mais latas entre o século I e a primeira metade do século V d.C. (Pinto 2003: 163). Os pratos de bordo voltado para o exterior formando uma pequena aba horizontal, de parede recta e oblíqua, que se podem integrar na forma 1.1.3.6 da tipologia da Quinta do Rouxinol (Santos 2012: 57), encontram-se representados por três indivíduos (Fig. 11, n.º 74). Trata-se de uma forma relativamente rara nessa olaria, onde se insere em contextos da segunda metade do século IV a inícios do século V d.C. (Santos 2012: 56).

Os almofarizes encontram-se representados por dois fragmentos com colagem de um bocal em aba amendoada (Fig. 11, n.º 75), que se pode integrar na morfologia 1.5.11 da Quinta do Rouxinol, Seixal (Santos 2012: 70).

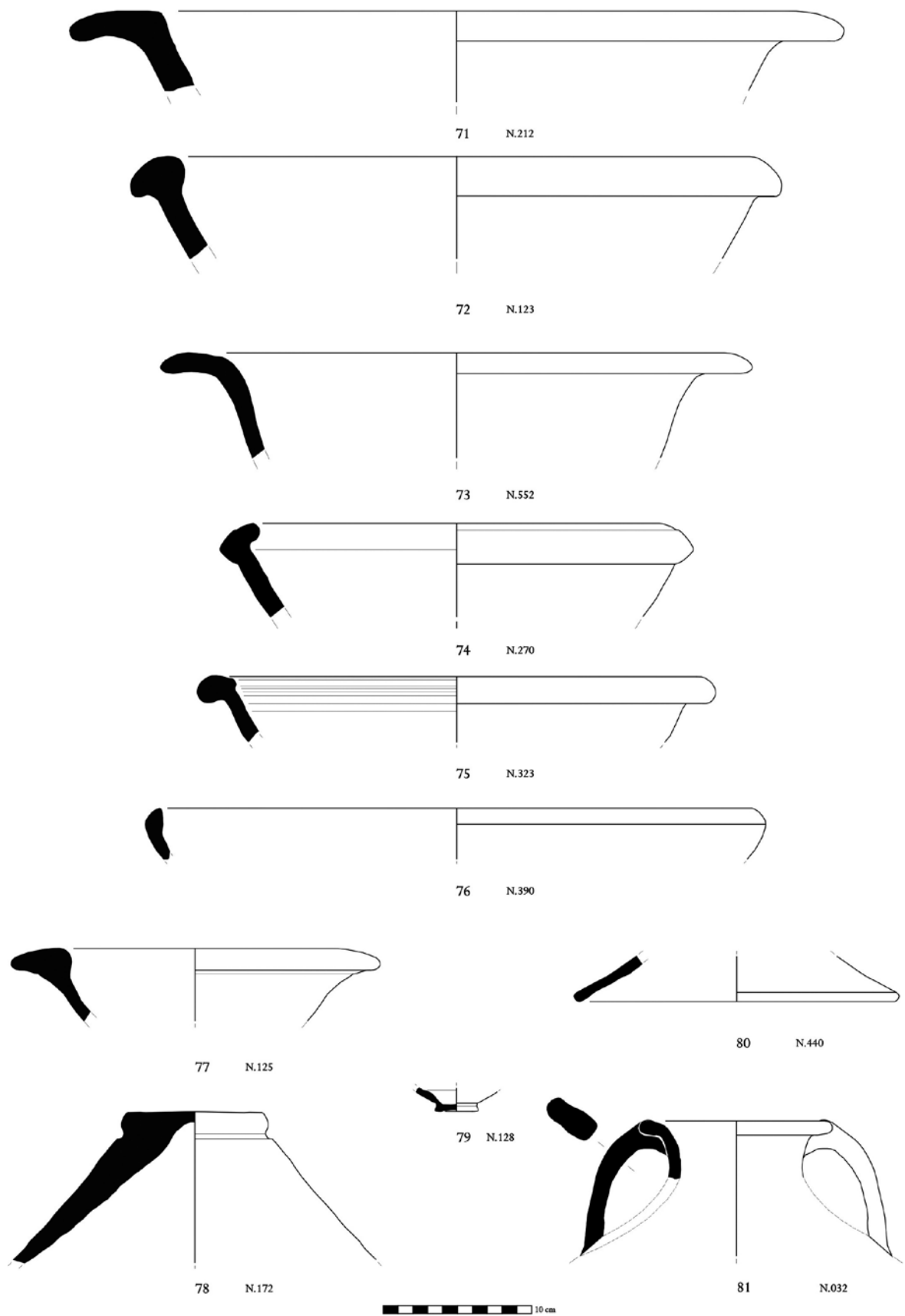


FIG. 11 N.º 90 almofariz itálico da forma Dramont D2. N.º 91 a 100 cerâmica comum de produção regional.

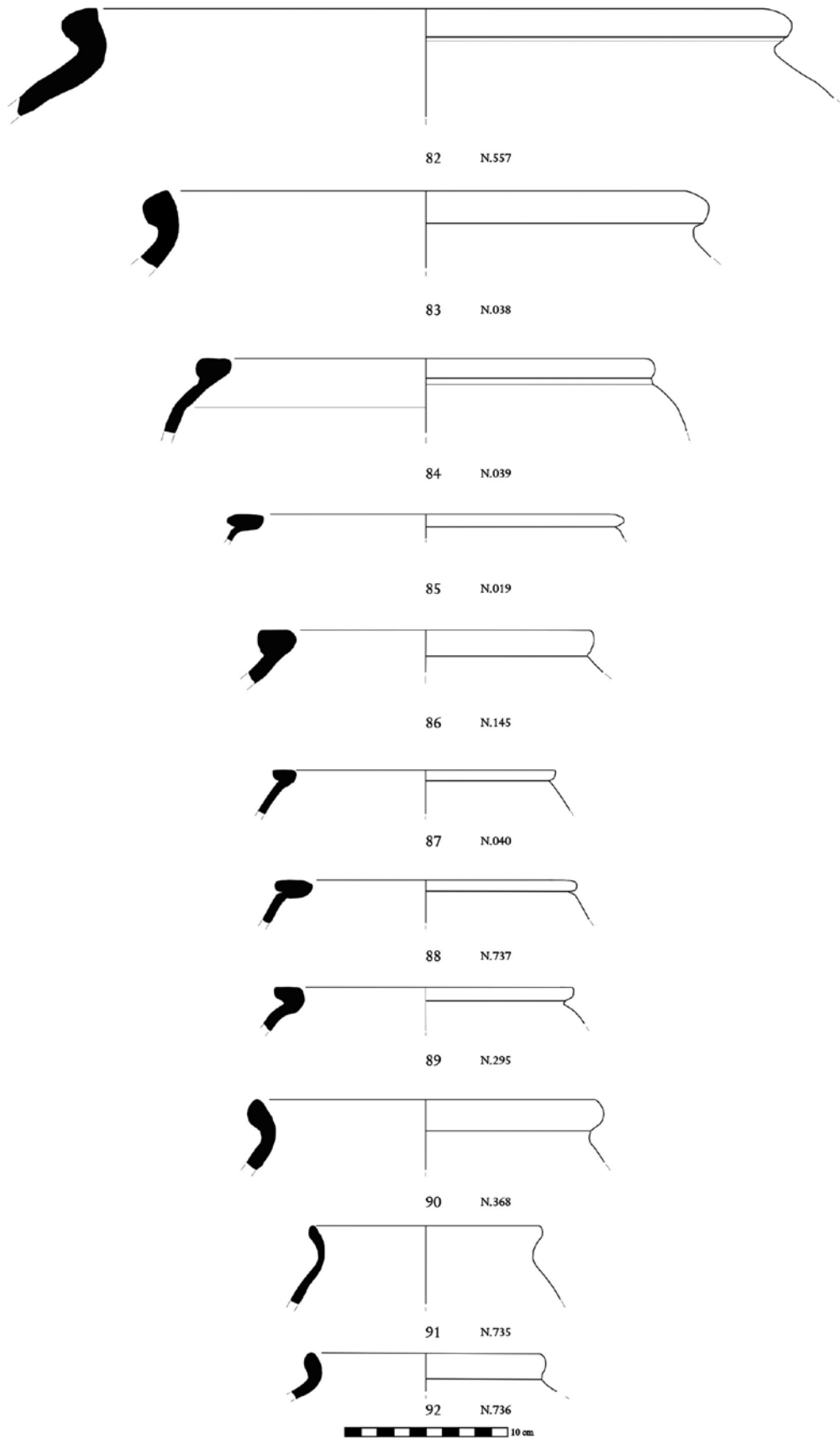


FIG. 12 Cerâmica comum de produção regional.

Os alguidares são uma das formas mais bem representadas, com nove fragmentos. Dos alguidares de bordo amendoado voltado para o exterior, com um pequeno ressalto e parede oblíqua, que encontram enquadramento no tipo 1.6.4.3 da Quinta do Rouxinol (Santos 2012: 72), apenas surge em Morgado um indivíduo (Fig. 11, n.º 72). Trata-se de uma forma bem atestada em contextos tardios, como é o caso da Quinta do Rouxinol, mas igualmente na olaria romana do Pinheiro, no vale do Sado (Mayet – Silva 1998: 89). Os alguidares de bordo triangular e parede oblíqua (Fig. 11, n.º 74) encontram-se representados por seis fragmentos que podem integrar-se no tipo 1.6.5.1 da Quinta do Rouxinol (Santos 2012: 71). Por último, identifica-se a presença do alguidar de bordo aplanado e parede oblíqua, representado por dois indivíduos, mas que não encontra paralelo na tipologia que temos vindo a seguir (Fig. 11, n.º 73).

Os recipientes de ir ao lume designados como tachos são uma das formas mais usuais nos contextos de época romana (Fig. 12). Em Morgado encontram-se representados por oito fragmentos de bordo (Fig. 12, n.º 84 a 89). A morfologia aqui atestada pode integrar-se no tipo 2.1.4.3 da olaria da Quinta do Rouxinol (Santos 2012: 77), onde evidencia uma cronologia do Baixo-império, contudo temos que matizar essa classificação visto que estas morfologias são semelhantes desde o século I ao V d.C. (Silva 2015b). Formas idênticas encontram-se bem documentadas no vale do Sado, na olaria do Pinheiro (Mayet – Silva 1998: 90), assim como no vale do Tejo nas *villae* de Alto da Cidreira (Nolen 1988: Est. V), Freiria (Cardoso 2018a: 418) e de Povos (Grilo – Santos 2016-2017).

O grupo dos potes/panelas está particularmente bem documentado no inventário das cerâmicas comuns (22 indivíduos), com diversos tipos. A forma mais bem documentada (Fig. 12, n.º 90 a 92) insere-se no tipo 2.2.4.1 da Quinta do Rouxinol, uma das formas com maior presença nessa olaria, com cronologias compreendidas entre o século II e o V d.C. (Santos 2012: 81). Esta forma encontra-se igualmente bem atestada na *villa* do Alto da Cidreira (Nolen 1988: 100), na *villa* de Freiria (Cardoso 2015: 415), no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros em Lisboa (Amaro – Bugalhão – Sabrosa 1996: 214), na olaria do Porto dos Cacos (Raposo – Duarte 1996: 265), na *villa* de Povos (Grilo – Santos 2016-2017: 100),

no sítio de Quinta de Meca (Pimenta *et al.* 2019), ou ainda em locais menos próximos como as necrópoles do Alto Alentejo (Nolen 1985: Est. XLIII) ou a *villa* de São Cucufate (Pinto 2003: 348). Os restantes elementos parecem corresponder a grandes potes/panelas de bordo voltado para o exterior, com pequena aba arredondada (Fig. 12, n.º 82 e 83), integrando-se no tipo 2.2.4.2 da Quinta do Rouxinol, com cronologias entre o século II e o V d.C. (Santos 2012: 82). Por último, identificou-se um fragmento de bordo com arranque de duas asas e corpo de perfil globular, de mais difícil enquadramento (Fig. 11, n.º 81).

Entre o grupo dos potinhos registou-se diversos fragmentos com o característico grupo de fabrico 2 de matriz caulínica de cor branca, tendo-se apenas conseguido registar graficamente um fragmento de fundo de pé em bolacha (Fig. 11, n.º 79).

As tampas estão escassamente atestadas, porém regista-se a presença de tampas de maior dimensão, compatíveis com a interpretação de servirem para cobrir talhas (Fig. 11, n.º 78), e tampas de menor diâmetro e espessura, destinadas a cobrir outros recipientes (Fig. 11, n.º 80).

A forma mais abundante na presente amostra é a dos *dolia*. Estes grandes recipientes cerâmicos destinavam-se ao armazenamento de produtos alimentares, ainda que seja igualmente lícito associá-los a contextos de uso oficial (Fig. 13). A sua cronologia é difícil de aferir, dada a longa duração destes contentores, perdurando por todo o período romano (Alarcão 1975; Pinto 2003). Em Morgado recolheram-se 15 fragmentos de bocal, dos quais apresentamos graficamente sete exemplares (Fig. 13), que podem englobar-se na variante de bordo contracurvado (Alarcão 1975: 71-73, Est. XIV-XV).

A par da cerâmica comum recolheram-se ainda outros elementos cerâmicos, que correspondem a elementos de outras atividades subsidiárias como a tecelagem. Associados diretamente com a presença de teares são os quatro pesos cerâmicos com perfuração central, dos quais ilustramos dois que se recolheram completos (Fig. 14, n.º 104 e 105). Nos últimos anos tem vindo a ser sublinhado o peso desta atividade na área do *ager olisiponense*, em particular no contexto produtivo do tipo *villae* (Cardoso 2018c).

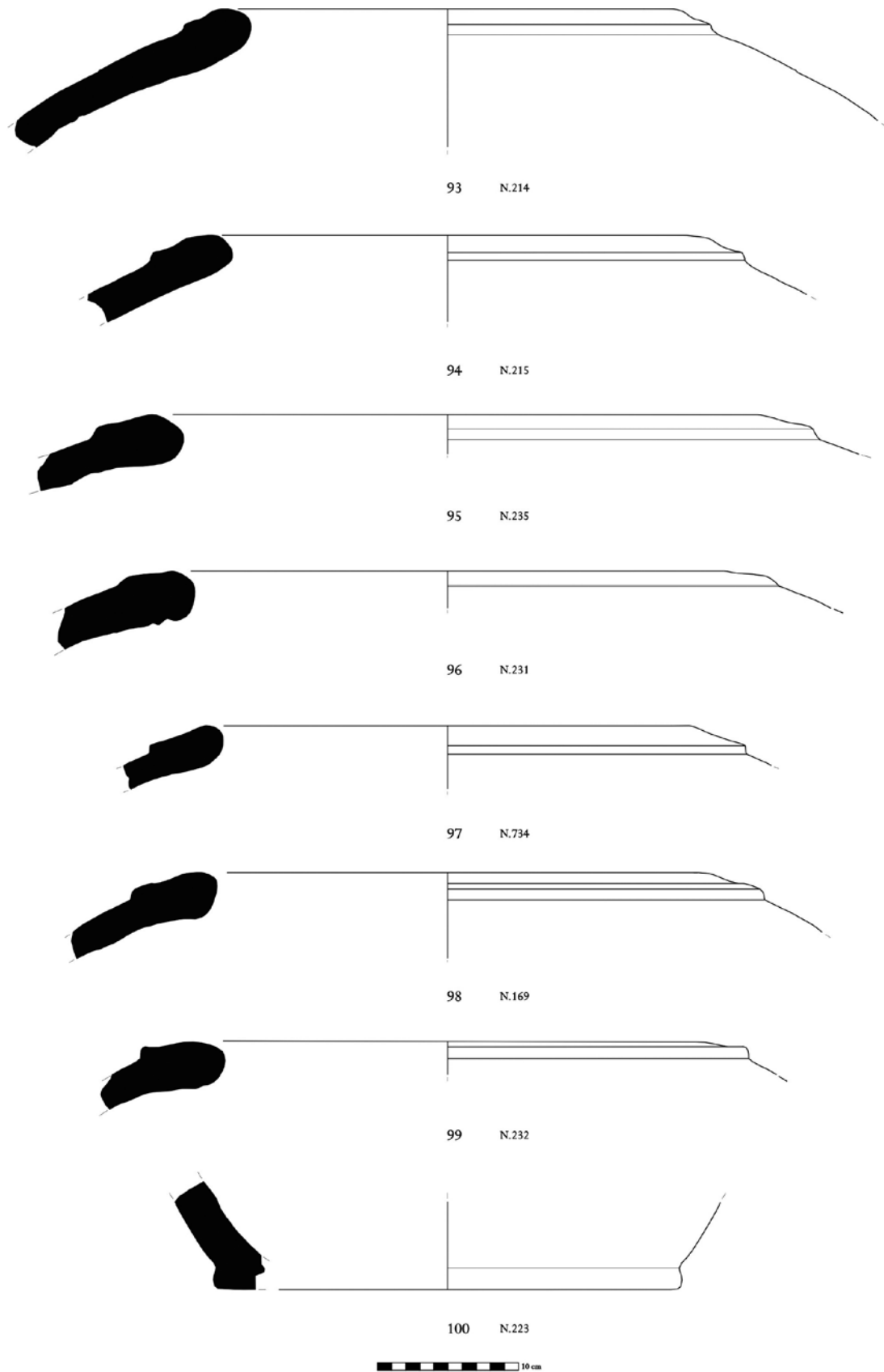


FIG. 13 Conjunto de *dolia*.

2.4. A cerâmica de construção

Da presença de estruturas arquitetónicas de algum vulto dá testemunho a significativa cerâmica de construção identificada. Destaca-se a presença de cerâmica de cobertura com *tegulae* e *imbrices*, mas também de *lateres* e tijolos de quadrante. No presente trabalho apresentamos apenas graficamente alguns elementos de cerâmica de construção que sobressaem do conjunto e que podem ser indicadores da existência de

áreas de termas. É o caso do ladrilho retangular com apêndices em negativo (Fig. 14, n.º 101). Este exemplar integra-se no tipo 6 do centro oleiro de Almadrava, Setla-Mirarosa-Miraflor (Gisbert Santonja 1999: 75). Igualmente a presença de diversos tijolos quadrangulares ainda com vestígios de argamassa, assim como alguns exemplares ligeiramente encurvados, podem ser indicadores de instalações termas (Fig. 14, n.º 102 e 103).

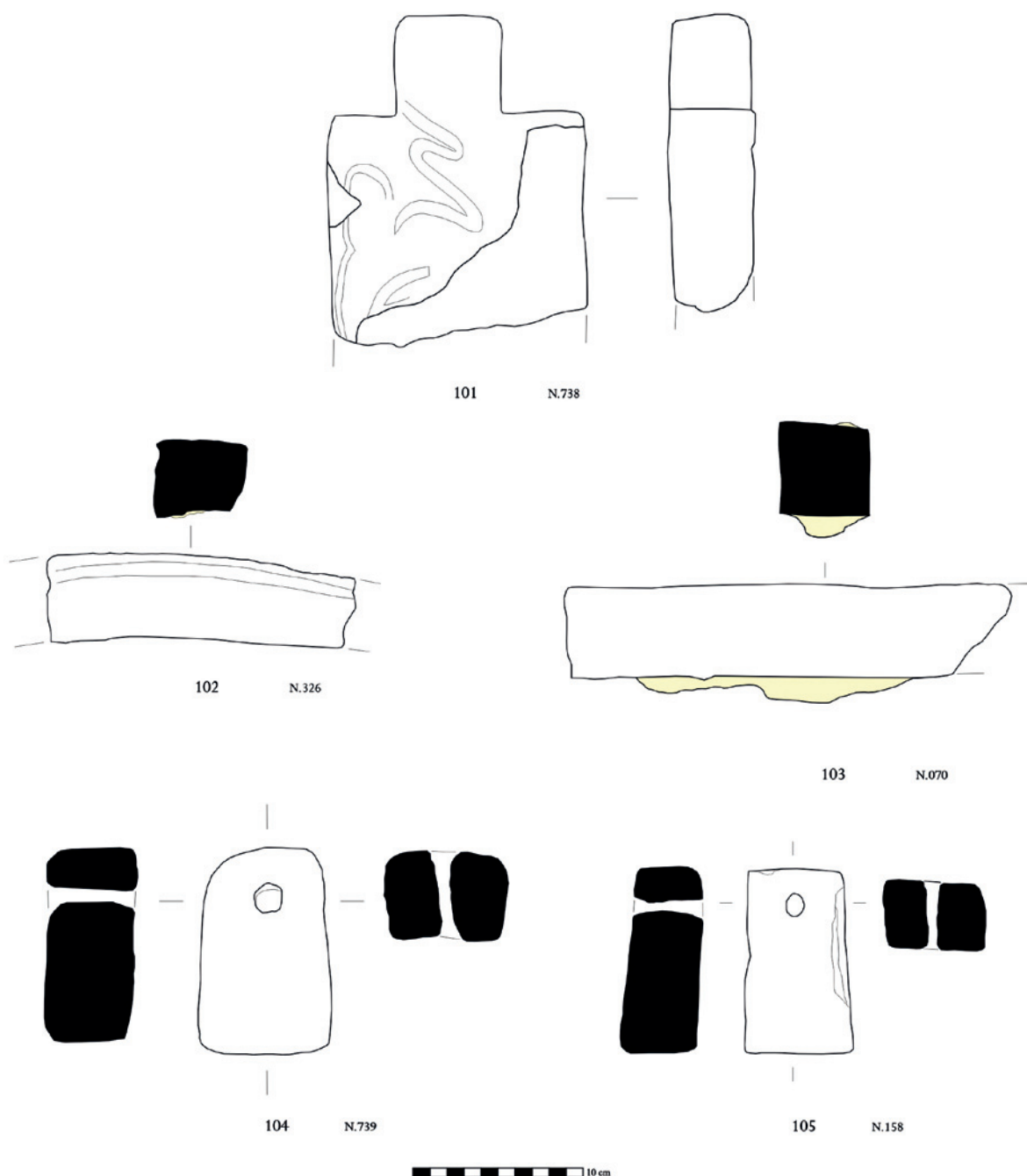


FIG. 14 Cerâmica de construção e pesos de tear.

2.5. Os elementos pétreos decorativos

Como já referimos, desde o primeiro momento da descoberta do sítio de Morgado sobressaiu, à superfície do terreno e reutilizadas em muros agrícolas, a presença de fragmentos de placas de mármore. Trata-se de um vasto e heterógeno conjunto que se encontra depositado nas reservas do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, a que esperamos poder voltar em trabalho futuro, com uma mais apurada análise geológica, com o intuito de identificar as suas proveniências. Destacam-se os elementos de calcário de lioz, mas também de mármore azul, rosa e branco, de boa qualidade e acabamento cuidado. Ambos os materiais evidenciam ainda restos de argamassa, que atestam a

sua utilização quer como placas de pavimento, quer como de revestimento parietal (Figs. 15, 16 e 17).

Outro dos elementos relevantes para a perceção quer do tipo de sítio, quer do tipo de estruturas edificadas que aqui terão existido, é a presença considerável de tesselas de calcário, basalto e de cerâmica, dispersas numa zona singular do terreno, sendo indicadores da existência de pavimentos musivos, *opus tessellatum*. Destes putativos pavimentos recolheram-se alguns fragmentos reutilizados numa construção de época posterior (Fig. 15). Trata-se aparentemente de fragmentos do mesmo mosaico, evidenciando decoração geométrica com a utilização dos três tipos de tesselas acima descritos.

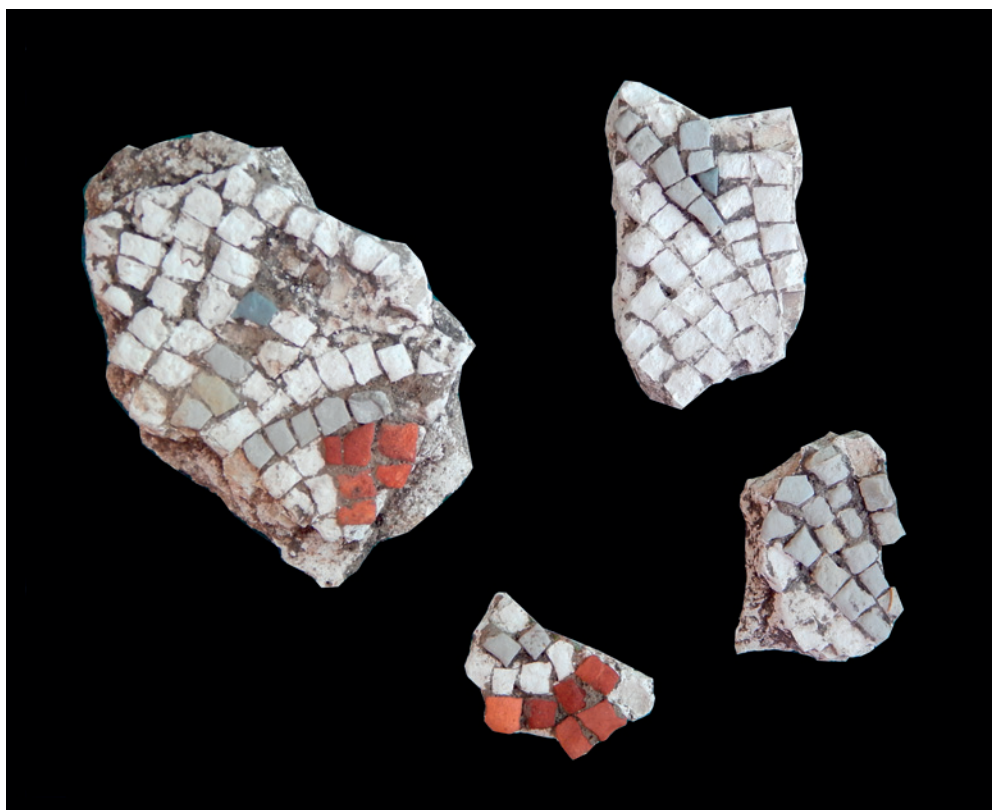


FIG. 15 Fragmentos de mosaico polícromo.

FIG. 16 Fragmentos de placas de mármore.

FIG. 17 Fragmentos de placas de mármore.



2.6. Os materiais de construção

Por último, temos de referir a presença de alguns elementos característicos de materiais de construção romanos, que sustentam a presença de construções no terreno. É o caso de um troço significativo de parede em *opus caementitium*, ainda hoje visível numa das parcelas de terreno livre de construções, assim como da presença de elementos em estado fragmentário de *opus signinum* (Fig. 18).



FIG. 18 Fragmentos de *opus signinum*.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ESTAÇÃO DE MORGADO NO CONTEXTO DA PENÍNSULA DE LISBOA

A localização da estação arqueológica de Morgado prende-se diretamente com a questão da viação antiga na área do território *olisiponense*. Partindo da cidade romana de *Olisipo* são conhecidos dois ramais viários tidos como mais relevantes. O primeiro sairia pela área da antiga porta de São Pedro de Alfama da muralha medieval, passando por Xabregas e Portela, galgando o Rio Trancão em Sacavém e seguindo paralelo ao Tejo pela atual povoação de Póvoa de Santa Iria em direção a Alverca. O segundo ramal viário partiria do lado norte da cidade de *Olisipo*, tendo sido detetado nas escavações da Praça da Figueira, seguindo depois pelos campos de Alvalade, descendo pela

Calçada de Carriche e atravessando o vale de Loures, onde se têm vindo a identificar relevantes ocupações de época romana. Da zona de Loures a via contornava a bacia flandriana do rio Trancão, indo pela zona de São Julião do Tojal em direção a Vialonga (Mantas 2012). É precisamente sobre este troço de via que esta estação se implanta, tendo uma ligação privilegiada a um dos principais eixos viários do baixo Tejo (Pimenta – Mendes 2019).

A ampla navegabilidade do Rio Trancão até à zona de Loures, Santo Antão do Tojal e Granja de Alpriate encontra-se bem atestada historicamente até Época Moderna, tendo vindo a ser sublinhada a sua importância nas dinâmicas de instalação dos sítios de época romana no seu entorno (Farinha 2021).

O sítio arqueológico de Morgado vem completar a rede de povoamento romano em torno deste denominado “mar de Loures”, onde devido à navegabilidade e fácil acesso para escoamento de mercadorias, pessoas e bens, foram estabelecidos diversos estabelecimentos humanos, tais como o sítio de Almoinhas, Frielas e Morgado, mas também os ainda insuficientemente conhecidos sítios de Santo Antão do Tojal e Granja de Alpriate (Pimenta – Mendes 2016).

O presente trabalho tem como intuito fazer o ponto de situação em relação aos dados recolhidos sobre o sítio, alertar para a relevância desta estação e da imperiosa necessidade da sua salvaguarda. A riqueza do sítio e suas potencialidades arqueológicas, científicas e patrimoniais transparecem na análise do espólio recolhido. O estudo do significativo conjunto cerâmico permite apontar para uma ampla cronologia de ocupação centrada entre a segunda metade do século I e meados do IV d.C.

Por último, parece-nos ainda importante realçar e sublinhar a abundância de materiais anfóricos, nomeadamente dos contentores de produção lusitana do tipo Dressel 14 e Lusitana 3, mas também de importações extra provinciais da Península Itálica, da Gália, do Norte de África e da vizinha província da *Baetica*, equivalendo a uns significativos 32% do total da amostragem, atestando assim o dinamismo económico deste sítio arqueológico.

Bibliografia

- AA.VV. (1981) – *Enciclopedia dell' Arte Antica Classica e Orientale. Atlante delle Forme Ceramiche. I (Ceramica Fine Romana nel Bacino Mediterraneo. Medio e Tardo Impero)*. Roma.
- ALARCÃO, J. (1975) – *La céramique commune local et régionale* (Fouilles de Conimbriga, V). Paris.
- ALARCÃO, J. – DELGADO, M. – MAYET, F. – ALARCÃO, A. M. – PONTE, S. da (1976) – *Fouilles de Conimbriga. VI. Céramiques diverses et verres*. Paris.
- ALMEIDA, R. R. de (2016) – On the way to Augusta Emerita. Historiographical overview, old and new data on fish-product amphorae and commerce within the trade to the capital of Lusitania. In PINTO, I. V. – ALMEIDA, R. R. de – MARTIN, A. (eds.) – *Lusitanian Amphorae. Production and Distribution*. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 10). Oxford: 195-220.
- ALMEIDA, R. R. de – FABIÃO, C. (2019) – The “early production” of Roman amphorae in *Uterior/Lusitania*. State of play of a universe (still) under construction. In GARCÍA VARGAS, E. – ALMEIDA, R. R. de – GONZÁLEZ CESTEROS, H. – SAÉZ ROMERO, A. (eds.) – *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 13). Oxford: 175-190.
- ALMEIDA, R. R. de – FILIPE, V. (2021) – First approach on the distribution of amphorae from Gaul in Lusitania. In VIEGAS, C. – BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. (eds.) – *South Gaulish sigillata in Southwest Hispania. Circulation and Consumption*. (Estudos & Memórias, 18). Lisboa: 211-242.
- ALMEIDA, R. – SÁNCHEZ HIDALGO, F. (2013) – Las ánforas del Cuartel de Hernán Cortés. Nuevos datos para el estudio de la importación y consumo en *Augusta Emerita*. In BERNAL, D. – JUAN, L. C. – BUSTAMANTE, M. – DÍAZ, J. J. – SÁEZ, A. M. (eds.) – *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania (Actas do I Congreso Internacional de la SECAH (Cádiz, 3-4 March 2011))*. Cádiz: 49-58.
- ALMEIDA, R. R. de – RAPOSO, J. (2017) – Keay 16 (Western Lusitania). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* [Consulta a 20 de Julho de 2016]. Disponível online. URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/keay-16-western-lusitania>.
- ALMEIDA, R. R. de – VIEGAS, C. (2020) – Notícia epigráfica de ânforas béticas Keay XVI de Loulé Velho (Loulé, Portugal). *Al-Ulyá. Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, 22: 15-28.
- AMARO, C. – BUGALHÃO, J. – SABROSA, A. (1996) – Complexo fabril romano na Rua Augusta - notícia preliminar. In FILIPE, G. – RAPOSO, J. (ed.) – *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*. Seixal: 199-214.
- ARRUDA, A. M. – VIEGAS, C. (2004) – Les mortiers de l'Alcáçova de Santarém (Portugal). In *Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule: actes du Congrès de Vallauris, 20-23 mai 2004*. Marselha: 341-349.
- AGUAROD OTAL, C. (1991) – *Cerámica común romana de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza.
- BATALHA, L. – CANINAS, J. C. – CARDOSO, G. – MONTEIRO, M. (2009) – *A Villa Romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira) trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres SA*: Lisboa.
- BANHA, C. (1991-1992) – As ânforas da *villa romana de Povos*. *Cira – Boletim Cultural*, 5: 50-90.
- BERNAL CASASOLA, D. (1998) – Las producciones anfóricas del taller. In BERNAL CASASOLA, D. (ed.) – *Los Matagallares (Salobreña, Granada). Un centro romano de producción alfarera en el s. III d.C.*. Granada: 231-306.
- BERNAL CASASOLA, D. (2016) – Gauloise 4 (Costa Bética). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. [Consulta a 09 de Julho de 2016]. Disponível online. URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-30-baetica-coast>
- BERNAL CASASOLA, D. – GARCÍA VARGAS, E. – GENER BASALLOTE, J. M. (2014) – Un nuevo sello sobre ánfora salazonera (Keay XVI) en la *Gades severiana*. *Boletín de la SECAH* 5: 31-34.
- BERNI MILLET, P. (1998) – *Las ánforas de aceite de la Bética y su presencia en la Cataluña romana*. (Col·lecció Instrumenta, 4). Barcelona.
- BERNI MILLET, P. (2008) – *Epigrafía anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis*. (Col·lecció Instrumenta, 29). Barcelona.
- BERNI MILLET, P. – GARCÍA VARGAS, E. (2016) – Dressel 20 (Guadalquivir Valley). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. Tarragona. [Consulta a 23 de Novembro de 2016]. Disponível online. URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-20-guadalquivir-valley>
- BOMBICO, S. – PEREIRA, P. – SANTOS, R. (2021) – Uma ânfora Dressel 14 parva lusitana, achada em Sines. *Boletín Ex Officina Hispana*, 12 : 59-62.
- BONIFAY, M. (2004) – Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique. (BAR International Series, 1301). Oxford.
- BRAZUNA, S. – COELHO, M. (2012) – A *Villa das Almoínhas* (Loures). Trabalhos arqueológicos de diagnóstico e minimização. In *Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga*. (CIRA-Arqueologia, 1). Vila Franca de Xira: 103-114.
- BUGALHÃO, J. – ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. – DUARTE, S. (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16: 243-275.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2013) – *Terra Sigillata Hispánica en Augusta Emerita. Valoración tipocronológica de los vertederos del suburbio norte*. (Anejos de Archivo Español de Arqueología, LXV). Mérida.
- CARDOSO, G. (2009) – Ânforas. In BATALHA, L. – CANINAS, J. C. – CARDOSO, G. – MONTEIRO, M. (coords.) – *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Trabalhos Arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa: 63-86.
- CARDOSO, G. (2018a) – *Villa Romana de Freiria. Estudo Arqueológico*. Cascais.
- CARDOSO, G. (2018b) – As ânforas da *villa romana de Alto da Cidreira* (Alcabideche – Cascais). *CIRA Arqueologia*, 6: 231-242.
- CARDOSO, G. (2018c) – A circulação de bens entre *Olisipo* e o seu *Ager*, à luz do material anfórico e da “Indústria” de Tinturaria. In SENNA-MARTINEZ, J. C. – MARTINS, A. C. – CAESSA, A. – MARQUES, A. – CAMEIRA, I. (coords.) – *Meios Vias e Trajetos... Entrar e Sair de Lisboa. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa. 2*. Lisboa: 122-134.
- FABIÃO, C. (1997) – Exploração dos recursos marinhos. In ALARCÃO, A. (ed.) – *Portugal Romano – A exploração dos recursos naturais (Catálogo da exposição)*. Lisboa: 35 -58.
- FABIÃO, C. (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1:1: 169-198.

- FABIÃO, C. (2008) – Las ánforas de Lusitania. In BERNAL CASASOLA, D. – RIBERA I LACOMBA, A. (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz: 725-745.
- FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitânia. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In LAGÓSTENA BARRIOS, L. G. – BERNAL CASASOLA, D. (eds.) – *Figlinae Baetica. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. (BAR International Series, 1266, vol. 1). Oxford: 379-410.
- FABIÃO, C. – GUERRA, A. – ALMEIDA, J. – ALMEIDA, R. R. – PIMENTA, J. – FILIPE, V. (2016) – *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Lisboa.
- FARINHA, A. C. (2021) – O sítio romano das Almoínhas (Lisboa, Loures) e o case study Loures nos séculos XIV e XV. In FABIÃO, C. – NOZES, C. – CARDOSO, G. (coords.) – *Lisboa Romana/ Felicitas Iulia Olisipo. A Cidade produtora (e consumidora)*. Lisboa: 167-175.
- FIGUEIRA, A. A. (2018) – *A cerâmica comum da Villa romana da Quinta da Bolacha (Amadora, Portugal)*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10451/32182>.
- FILIPE, V. (2023) – *Olisipo (Lisboa). O grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio* (Estudos & Memórias 20). Lisboa.
- FILIPE, V. – ALMEIDA, R. R. de (2024) – Lusitana 3 amphorae in Lusitania. Resampling the commerce and consumption of Lusitanian wine production. In *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 48. Oxford: 569-582.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en Época Romana (siglos II A.C. - IV D.C.)*. Écija.
- GARCÍA VARGAS, E. – BERNAL CASASOLA, D. (2008) – Ânforas de la Bética. In BERNAL CASASOLA, D. – RIBERA I LACOMBA, A. (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz: 661-687.
- GISBERT SANTONJA, J. A. (1999) – El alfar de l'Almadrava (Setla-Mirarosa-Mirafior) – *Dianium* –. Materiales de construcción cerámicos. Producción y aproximación a su funcionalidad en la arquitectura del complejo artesana. In RICO, C. – ROLDÁN GÓMEZ, L. – BENDALA GALÁN, M. (eds.) – *El ladrillo y sus derivados en época romana*. (Monografías de arquitectura Romana, 4). Madrid: 65-102.
- GRILO, C. (2017) – A cerâmica comum de produção local e regional do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa. Os contextos fabris. In CAESSA, A. – NOZES, C. – CAMEIRA, I. – SILVA, R. B. da (coords.) – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015)*. Lisboa: 254-271.
- GRILO, C. – SANTOS, C. (2016-2017) – A cerâmica comum da *villa romana de Povos, Vila Franca de Xira*. *CIRA Arqueologia*, 5: 86-115.
- GUERRA, A. (1996) – Marcas de ânforas provenientes do Porto dos Cacos (Alcochete). In FILIPE, G. – RAPOSO, J. M. C. (eds.) – *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: 267-282.
- HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman pottery*. Londres.
- HERMANNNS, M. – BOMBICO, S. – ALMEIDA, R. (2016) – Reevaluando un documento del comercio lusitano de época altoimperial. Estudio preliminar del pecio de Grum de Sal (Eivissa/Ibiza). In JÁRREGA DOMÍNGUEZ, R. – BERNI MILLET, P. (eds.) – *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo. III Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua (SECAH) – Ex Officina Hispana (Tarragona, 1013 de diciembre de 2014)* (Monografias Ex Officina Hispana, III). Tarragona: 394-406.
- JONCHERAY, J. P. (1972) – Contribution a l'étude de l'Epave Dramont D, dite «des pelvis». *Cahiers d'Archeologie Subaquatique*, 1: 11-34.
- KEAY, S. (1984) – *Late Roman amphore in the western Mediterranean. A typology and economic study: the Catalan evidence*. (BAR International Series, 196). Oxford.
- LAUBENHEIMER, F. – SCHMITT, A. (2009) – *Amphores vinaires de Narbonnaise, Production et grand commerce. Création d'une base de données géochimique des ateliers*. Lyon.
- MACHADO, J. L. S. (1964) – *Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*. Lisboa.
- MANTAS, V. (2012) – A estrada romana de *Olisipo a Scallabis*. In *Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga*. (CIRA Arqueologia, 1). Vila Franca de Xira: 7-23.
- MAYET, F. – SILVA, C. T. (1998) – *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris.
- MAYET, F. – SILVA, C. T. (2002) – *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris.
- MARTIN-KILCHER, S. (1987) – *Die Römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst. 1: Die Südspanischen Ölamphoren (Gruppe 1)*. (Forschungen in Augst, 7:1). Augst.
- MORAIS, R. (2004) – Os almofarizes béticos em Bracara Augusta. In BERNAL CASASOLA, D. – LAGÓSTENA BARRIOS, L. (eds.) – *Figlinae Baeticae: talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana*. (BAR International Series, 266, vol. II). Oxford: 567-570.
- MORAIS, R. – FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In LAGÓSTENA BARRIOS, L. – BERNAL CASASOLA, D. – ARÉVALO GONZÁLEZ, A. (eds.) – *CETARIAE 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la Antigüedad (Cádiz, 7-9 de noviembre del 2005)* (BAR International Series, 1686). Oxford: 127-133.
- MORAIS, R. – FILIPE, V. (2016) – Ovoide Lusitana (Lusitania Occidental). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. Tarragona. [Consulta a 05 de Outubro de 2017]. Disponível online. URL: <https://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-lusitan-western-lusitania>
- MORILLO CERDÁN, Á. (2015) – Lucernas romanas en Hispania: entre lo utilitário y lo simbólico. In FERNÁNDEZ OCHOA, C. – MORILLO, Á. – ZARZALEJOS, M. (eds.) – *Manual de cerámica romana II – Cerámicas romanas de época alto imperial en Hispania. Importación y producción*. Alcalá de Henares: 321-428.
- MOROS DÍAZ, J. – BERNI MILLET, P. (2011) – Novidades sobre epigrafia anfórica bética para la zona productora de Adelfa (Carmona, Sevilla). *Boletín SECAH*, 3: 34-45.
- NOLEN, J. S. (1985) – *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa.
- NOLEN, J. (1988) – A *villa romana do Alto do Cidreira (Cascais) – Os materiais*. *Conimbriga*, XXVII: 61-140.

- OLIVEIRA, A. C. (2001) – A *villa* das Almoínhas (Loures, Portugal). Apresentação dos trabalhos desenvolvidos entre 1995 e 1996. *O Arqueólogo Português*, IV(19): 65-94
- PARREIRA, J. – MACEDO, M. (2013) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I. In ARNAUD, J. M. – MARTINS, A. – NEVES, C. (eds.) – *Arqueologia em Portugal: 150 Anos*. Lisboa: 747- 754.
- PARREIRA, R. (1985) – Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira: Notícia da parcela 403-8. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, 1:107-120.
- PENAJÓIA, M. (2020) – Um almofariz centro-italico na foz do Mondego. In ARNAUD, J. M. – NEVES, C. – MARTINS, A. (eds.) – *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: 1323-1333.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2012) – Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo a Scallabis*. In *Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga*. (Cira-Arqueologia, 1). Vila Franca de Xira: 41-64.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2016) – *Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira*. Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2019) – De *Olisipo a Scallabis*. O povoamento romano do Baixo Tejo e a sua articulação com o núcleo de *Ierabriga*. In CARDOSO, G. – NOZES, C. (coords.) – *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Lisboa: 42-53.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. – CONDE, I. – FERREIRA, N. (2019) – As dinâmicas de povoamento romano em torno de Monte dos Castelinhos: I - O sítio de Quinta de Meca. *CIRA-Arqueologia*, 7: 60-93.
- PINTO, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa.
- POLICARPO, R. (2009) – As ânforas da *villa* romana de Frielas – economia e contactos no *ager olisiponensis*. In FIGUEIREDO, S. (coord.) – *Actas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo em Território Português (Lisboa, 3-6 de Março, 2008)*. Centro Português de Geo-História e Pré-História. Golegã: 29-36.
- QUARESMA, J. C. (2005) – Ânforas romanas de naufrágios no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8(2): 403-428.
- QUARESMA, J. C. (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão crono-morfológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9(1): 149-166.
- QUARESMA, J. C. (2018) – Les amphores lusitaniennes à Arles: quantification d'un procès de longue durée. *Ex Officina Hispania, Cuadernos de la SECAH*, 3: 197-229.
- QUARESMA, J. C. – DJAOUI, D. (2016) – Lusitanian Amphorae from the Dump Layer above the Arles-Rhône 3 Shipwreck. In Vaz Pinto, I. – Almeida, R. R. de – Martin, A. (eds) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 10). Oxford: 357-367.
- QUARESMA, J. C. – RAPOSO, J. M. C. (2016) – Lusitana 3 (Western Lusitania). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. Tarragona. [Consulta a 08 de Julho de 2016]. Disponível online. URL: (<http://amphorae.icac.cat/amphora/lusitana-3-western-lusitania>)
- QUARESMA, J. C. – CONEJO DELGADO, N. – ENCARNÇÃO, G. – DIAS, V. (2021) – *Villa Romana* da Quinta da Bolacha (Amadora): uma importante estratigrafia para o comércio da península de Lisboa entre o último quartel do século III d.C. e o primeiro quartel do século VI d.C. In FABIÃO, C. – NOZES, C. – CARDOSO, G. (coords.) – *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. A Cidade produtora (e consumidora)*. Lisboa: 189-201.
- RAPOSO, J. M. – ALMEIDA, R. R. de (2016) – Almagro 50 (Western Lusitania). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. Tarragona. [Consulta a 08 de Julho de 2016]. Disponível online. URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-50-western-lusitania>
- RAPOSO, J. – DUARTE, A. L. (1996) – O forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete). In FILIPE, G. – RAPOSO, J. (eds.) – *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*. Seixal: 249-266.
- RAPOSO, J. – VIEGAS, C. (2016) – Dressel 14 (Western Lusitania). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. Tarragona. [Consulta a 08 de Julho de 2016]. Disponível online. URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-14-western-lusitania>
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1977/1978) – La economía oleícola bética: nuevas formas de análisis. *Archivo Español de Arqueología*, 50-51: 87-142.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1997) – *Heeresversorgung und die wirtschaftlichen beziehungen zwischen der Baetica und Germanien-Corpus der in Deutschland gefundenen stempell auf amphoren Dr.20*. Stuttgart.
- RIZZO, G. (2014) – Le anfore, Ostia e i commerci mediterranei. In PANELLA, C. – RIZZO, G. (eds.) – *Ostia VI. Le Terme del Nuotatore*. Roma: 65-440.
- ROCHA, A. (2016) – Almofariz. In *Peça do Mês - Banco de Portugal*. 01/24. Março de 2016. Disponível online. URL: <https://www.museudodinho.pt/uploads/2016/04/peca-do-mes-almofariz.pdf>
- SANTOS, C. (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- SILVA, C. T. – COELHO-SOARES, A. (2014) – Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, n.ºs 4-4B. *Setúbal Arqueológica*, 15: 305-338.
- SILVA, C. T. – SOARES, J. – COELHO-SOARES, A. – DUARTE, S. – GODINHO, R. (2014) – Preexistências de Setúbal. 2ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, nos 10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval. *Musa*, 4: 161-214.
- SILVA, R. B. (2012) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Inédita.
- SILVA, R. B. da (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Lisboa): As evidências do período romano. In *Atas do Congresso Internacional 'Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo'*. (Cira-Arqueologia, 3). Vila Franca de Xira:178-198.
- SILVA, R. B. (2015a) – *Um almofariz itálico com “marca de oleiro” de M. Cimonius Saturninus, de Lisboa*. (Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana, 4). Lisboa.
- SILVA, R. B. (2015b) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual. In QUARESMA, J. C. – MARQUES, J. A. (eds.) – *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. (Monografias AAP, 1). Lisboa: 41-67.

- SILVA, R. B. da (2018) – O “fácies” cerâmico de *Olisipo* (Lisboa) no período Júlio-Cláudio: uma primeira aproximação a partir de contextos suburbanos seleccionados. In RUIZ MONTES, P. – PEINADO ESPINOSA, M. V. – FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (eds.) – *Estudios para la configuración de las fácies cerámicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica*. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 11). Oxford: 3-31.
- SILVA, R. B. da – NOZES, C. – MIRANDA, P. (2015) – *O contexto [9033] da Praça da Figueira e a circulação de produtos oleiros em Olisipo*. (Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana, 2). Lisboa.
- VIEGAS, C. (2003) – *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém – Cerâmica, economia e comércio*. (Trabalhos de Arqueologia, 26). Lisboa.
- VIEGAS, C. (2017) – Almojariz itálico Dramont D2. In CARVALHO, A. – COITO, A. L. – ALMEIDA, R. R. – TOUREIRO, S. (eds.) – *Loulé. Territórios, Memórias, Identidades*. Lisboa: 383.
- VIEGAS, C. (2020) – Late Republican and Early Empire common ware in southern Lusitania (Algarve-Portugal): The Italian Imports. In *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta 46*. Oxford: 571-580.
- VIEGAS, C. – FABIÃO, C. – ALMEIDA, R. R. de (2023) – Standardization of Lusitanian Amphorae. Between convergence and diversity. In GONZÁLEZ CESTEROS, H. – LEIDWANGER, J. (eds.) – *Regional Economies in Action. Standardization of Transport Amphorae in the Roman and Byzantine Mediterranean*. Viena: 115-154.
- VIEGAS, C. – RAPOSO, J. M. – PINTO, I. V. (2016) – Almagro 51C (Western Lusitania). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. Tarragona. [Consulta a 20 de Julho de 2016]. Disponível online. URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-51c-western-lusitania>

POLÍTICA EDITORIAL

Objectivos

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. A partir do volume 1 (2017), a Revista Ophiussa converte-se numa edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

Periodicidade

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro semestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

Secções da revista

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e resenhas bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as resenhas bibliográficas.

Os autores / editores que pretendam apresentar uma obra para resenha devem enviar dois exemplares para a direcção da Revista Ophiussa: um para o autor/autora da resenha que será convidado para o efeito e outro para a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aceita-se igualmente a apresentação de propostas de resenhas espontâneas.

Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Processo de avaliação por pares

Os artigos submetidos são sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (double blind peer review).

Todas as submissões (artigos e resenhas) serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os artigos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / double blind peer review (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica.

O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores.

A lista dos avaliadores será publicada em ciclos de 3 anos, indicada no final da Revista Ophiussa (versão impressa e digital).

Ética na publicação

A Revista Ophiussa segue as orientações estabelecidas pelo Committee on Publication Ethics (COPE, Comité de Ética em Publicações): <https://publicationethics.org/>

Apenas serão publicados artigos originais. Para efeito de detecção de plágio ou duplicidade será utilizada a plataforma URKUNDU (<https://www.orkund.com/pt-br/>). Serão rejeitadas práticas como a deformação ou invenção de dados. Os autores têm a responsabilidade de garantir que os trabalhos são originais e inéditos, fruto do consenso de todos os autores e cumprem com a legalidade vigente, dispondo de todas autorizações necessárias. Os artigos que não cumpram com estas normas éticas serão rejeitados.

As colaborações submetidas para publicação devem ser inéditas. As propostas de artigo não podem incluir qualquer problema de falsificação ou de plágio. As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

É assumido que todos os Autores fizeram uma contribuição relevante para a pesquisa reportada e concordam com o manuscrito submetido. Os Autores devem declarar de forma clara eventuais conflitos de interesse. As colaborações submetidas que, direta ou indiretamente, tiveram o apoio económico de terceiros, devem claramente declarar essas fontes de financiamento.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica.

O conteúdo dos trabalhos é da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial.

O processo editorial decorrerá de forma objectiva, imparcial e anónima. Erros ou problemas detetados após a publicação serão investigados e, se comprovados, haverá lugar à publicação de correções, retratações e/ou respostas.

Serão considerados os seguintes princípios éticos:

1) RESPONSABILIDADE

A Revista Ophiussa através dos editores e autores tem a responsabilidade absoluta de aprovação, condenando todas as más práticas da publicação científica.

2) FRAUDE CIENTÍFICA:

A Revista Ophiussa procurará detectar manipulação e falsificação de dados, plágio ou duplicidade, com os mecanismos de detecção adequados.

3) POLÍTICA EDITORIAL E PROCEDIMENTOS

a) Os autores devem ter participado no processo de investigação e do processo de revisão, devendo garantir que os dados incluídos são reais e autênticos e estando obrigados a emitir retracções e correcções de erros de artigos publicados;

b) Os revisores devem efectuar uma revisão objectiva e confidencial e não ter conflitos de interesse (investigação, autores ou financiadores), devendo indicar obras publicadas relevantes que não foram citadas;

c) Na detecção de fraude ou má prática em fase de avaliação deve ser indicada pelos revisores e na fase de pós publicação por qualquer leitor.

d) Em caso de detecção de más práticas em fase de avaliação ou de detecção de artigos publicados previamente, o Conselho Editorial remeterá a ocorrência ao autor estabelecendo um prazo de 7 dias para esclarecimento, sendo posteriormente avaliada pelo Conselho de Redacção. Em fase de pós publicação, o Conselho Editorial poderá arquivar ou determinar a retratação num número seguinte, indicando-se os trâmites prévios.

Política de preservação de arquivos digitais

A revista garante a acessibilidade permanente dos objectos digitais através de cópias de segurança, utilização de DOI, integrando a rede Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), que gera um sistema de arquivo descentralizado.

Relativamente ao auto-arquivo, a revista integra também o Sherpa/Romeu

(<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

Política de acesso aberto

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento. A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).

A publicação de textos na Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada em acesso livre.

Para mais informações contactar:

ophiussa@letras.ulisboa.pt

EDITORIAL POLICY

Objectives

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started under the direction of Victor S. Gonçalves in 1996, with the edition of volume 0. After Volume 1 (2017) it became a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

Periodicity

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

Journal sections

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

Authors / editors wishing to submit a book for review should send two copies to the direction of Revista Ophiussa: one to the author of the review who will be invited for the purpose and another to the Library of the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. Spontaneous proposals are also accepted.

Papers written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

Peer review process

Submitted articles are subject to a double blind peer-review evaluation process.

All submissions (articles and reviews) will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal editing standards. Articles that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peer-review process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by UNIARQ direction and external researchers, will follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author(s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality.

The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case, up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors.

The list of reviewers will be published in 3-year cycles, indicated at the end of *Ophiussa* (printed and digital version).

Publication ethics

The Journal *Ophiussa* follows the guidelines established by the Committee on Publication Ethics (COPE, the Ethics Committee Publications): <https://publicationethics.org/>

Only original papers will be published. For the purpose of detecting plagiarism or duplicity, the URKUNDU platform (<https://www.orkund.com/pt-br/>) will be used. Practices such as the deformation or invention of data will be rejected. Authors are responsible for ensuring that the works are original and unpublished, the result of the consensus of all authors, and comply with current legality, having all necessary authorizations. Articles that do not comply with these ethical standards will be rejected.

Contributions submitted for publication must be unpublished. Article submissions can not include any problem of forgery or plagiarism. Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

It is assumed that all Authors have made a relevant contribution to the reported research and agree with the manuscript submitted. Authors must clearly state any conflicts of interest. Collaborations submitted that directly or indirectly had the financial support of third parties must clearly state these sources of funding.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition.

The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board.

The editorial process will be conducted objectively, impartially and anonymously. Errors or problems detected after publication will be investigated and, if proven, corrections, retractions and / or responses will be published.

The following ethical principles will be considered:

1) RESPONSIBILITY:

Ophiussa through its editors and authors has the absolute responsibility for approval, condemning all bad practices of scientific publication.

2) SCIENTIFIC FRAUD

Ophiussa will seek to detect manipulation and falsification of data, plagiarism or duplicity, with the appropriate detection mechanisms.

3) Editorial policy and procedures:

a) Authors must have participated in the research process and in the review process, and must ensure that the data included is real and authentic and are obliged to issue retractions and corrections of errors of published articles;

b) Reviewers must carry out an objective and confidential review and have no conflicts of interest (research, authors or funders), and must indicate relevant published works that were not cited;

c) In the detection of fraud or malpractice in the evaluation phase, it must be indicated by the reviewers and in the post-publication phase by any reader.

d) In case of detection of bad practices in the evaluation phase or of detection of previously published articles, the Editorial Board will send the occurrence to the author, establishing a period of 7 days for clarification, which will be subsequently evaluated by the Editorial Board. In the post-publication phase, the Editorial Board may file or determine the retraction in a subsequent issue, indicating the previous procedures.

Digital file preservation policy

The journal guarantees the permanent accessibility of digital objects through backup copies and use of DOI, integrating the Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), which generates a decentralized file system.

Regarding the self-archiving, the magazine also includes Sherpa/Romeu (<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

Open access policy

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge. It follows Creative Commons guidelines (license CC/BY/NC/ND 4.0).

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. It also has a digital version, in color, available in open access.

For more information contact:
ophiussa@letras.ulisboa.pt

ÍNDICE

Evolução natural holocénica e perturbação antrópica na foz da Ribeira de Alcântara, na foz da Ribeira de Alcântara, Estuário do Tejo (Lisboa) ANA MARIA COSTA, MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS, JACINTA BUGALHÃO, ELIAS RODRIGUES, CARLOS MARQUES DA SILVA, NUNO NETO, SUSANA MARTINEZ, SARA BRITO	5
Animal exploitation in SW Iberian Peninsula during the Neolithic period: A Zooarchaeological perspective from Barranco do Xacafre (Ferreira do Alentejo, Portugal) PATRÍCIA ALEIXO	29
O Horizonte de Ferradeira – ainda valerá a pena? ANTÓNIO M. MONGE SOARES	55
A Arte Rupestre da Idade do Ferro do Vale do Côa (Portugal): micro espaços dentro do Vale do José Esteves NATÁLIA BOTICA, LUÍS LUÍS, HELENA SOARES	81
Vasos de alabastro hallados en Cartago y Andalucía JUAN ANTONIO MARTÍN RUIZ	103
Epigrafía y paisaje rural en la campiña alta de Córdoba: el caso del Monte Horquera (Nueva Carteya, Córdoba) JAVIER HERRERA RANDO, ANDRÉS ROLDÁN DÍAZ	121
Primeiros elementos sobre a villa Romana de Morgado (Vila Franca de Xira) JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES, RUI ROBERTO DE ALMEIDA	141
DOSSIER TEMÁTICO	167
TEXTILE PRODUCTION, CONSUMPTION AND TRADE IN IRON AGE EUROPE	
Textile production, consumption and trade in Iron Age Europe: introduction to the Thematic Dossier FRANCISCO B. GOMES, FRANCESCO MEO, RICARDO E. BASSO RIAL	169
From economy to identity: towards an integrated approach to textile production and consumption in the Iron Age of Southern Portugal FRANCISCO B. GOMES, ÍRIS DIAS	173
Threads of change: textile production and consumption during the Early Iron Age in Eastern Iberia RICARDO E. BASSO RIAL	193
Weaving techniques and social aspects in Iron Age settlements of southern Italy (9 th -8 th centuries BCE) FRANCESCO MEO	209
Textile techniques of the 1 st millennium BCE in Central Europe KAYLEIGH SAUNDERSON, KARINA GRÖMER	221
Influence of the Roman Empire on textile economy during the roman period in Poland MAGDALENA PRZYMORSKA-SZTUCZKA	235
Recensões bibliográficas (TEXTOS: ELISA DE SOUSA, IRENE SALINERO-SÁNCHEZ)	245
<i>In memoriam</i> Andrea Martins (1979-2024)	255
Política editorial	259
Editorial policy	260